



Uniplac - Universidade do Planalto Catarinense

**RESOLUÇÃO N°589/2024,
de 30 de julho de 2024.**

O Conselho Universitário da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), no uso de suas atribuições e de acordo com o Parecer Consuni n. 14, de 24 de julho de 2024,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a **Atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Uniplac**, conforme anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Kaio Henrique Coelho do Amarante
Presidente do CONSUNI**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

**LAGES
2024**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, com Disciplinas Institucionais, apresentado ao Conselho Universitário da Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac.

**LAGES
2024**

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE.....	8
1.1	Nome da Mantenedora.....	8
1.2	Base Legal da Mantenedora.....	8
1.3	Nome da Mantida.....	8
1.4	Base Legal da IES.....	8
1.5	Perfil e Missão da IES.....	9
1.5.1	Perfil.....	9
1.5.2	Missão.....	9
1.5.3	Visão.....	10
1.5.4	Princípios e Valores.....	10
1.6	Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região da IES.....	10
1.7	Breve Histórico da IES.....	18
2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	21
2.1	Nome do Curso.....	21
2.1.1	Grau.....	21
2.2	Atos Legais.....	21
2.3	Carga Horária Total do Curso.....	23
2.4	Número de Vagas.....	23
2.5	Periodicidade.....	23
2.6	Integralização.....	23
2.7	Turno de Funcionamento do Curso.....	23
2.8	Modalidade de Oferta.....	23
2.9	Formas de Acesso.....	24
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	25
3.1	Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	25
3.1.1	Políticas das Licenciaturas da Uniplac.....	26
3.1.2	Política das Licenciaturas Compartilhadas da Uniplac.....	26
3.1.3	Licenciatura com Disciplinas Compartilhadas.....	27
3.1.4	Princípios Articuladores das Licenciaturas.....	28
3.2	Justificativa para a criação do curso.....	30
3.3	Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso.....	31

3.3.1 Curricularização da Extensão/Práticas Extensionistas.....	35
3.4 Objetivos do Curso.....	37
3.4.1 Objetivo Geral.....	38
3.4.2 Objetivos Específicos.....	38
3.5 Perfil Profissional do Egresso.....	38
3.6 Áreas de Atuação do Profissional.....	39
3.7 Estrutura Curricular, Ementário e Referências.....	39
3.7.1 Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia.....	41
3.7.2 Resumo Explicativo.....	43
3.7.3 Ementário e Referências.....	43
3.8 Conteúdos Curriculares.....	62
3.8.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares.....	63
3.8.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	65
3.8.3 Requisitos Legais.....	65
3.8.3.1 Educação Ambiental.....	65
3.8.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	68
3.8.3.3 Direitos Humanos.....	69
3.8.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	69
3.9 Metodologia.....	71
3.10 Estágio Curricular Obrigatório.....	72
3.10.1 Estágio Curricular Obrigatório.....	72
3.10.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica 74	
3.10.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.....	76
3.10.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório.....	77
3.11 Atividades Complementares.....	77
3.12 Apoio ao Discente.....	78
3.12.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	81
3.12.2 Acessibilidade ao acadêmico com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Transtornos de Conduta e Altas Habilidades/Superdotação.....	82
3.13 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa.....	83
3.13.1 Autoavaliação da Uniplac.....	83
3.13.2 Diretrizes e Função da Avaliação Institucional da Uniplac.....	86
3.13.3 Gestão do Curso em Relação aos Processos de Avaliação.....	87
3.13.4 Ações do Curso em Relação ao Enade.....	88
3.13.5 Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC.....	90
3.14 Atividades de Tutoria.....	90

3.15	Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria.....	91
3.16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.....	92
3.17	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....	93
3.18	Material Didático.....	93
3.19	Encontros Presenciais.....	95
3.20	Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.....	96
3.21	Número de Vagas.....	97
3.22	Integração com as Redes Públicas de Ensino.....	98
3.22.1	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).....	99
3.22.2	Residência Pedagógica (PRP).....	100
3.22.3	Programa de Desenvolvimento Regional – Proesde/Licenciatura.....	102
3.22.4	Convênios entre Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação e Universidade.....	104
3.22.4.1	Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade.....	104
3.22.5	Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade.....	105
3.23	Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas.....	105
3.23.1	Prática como Componente Curricular.....	106
4	CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	107
4.1	Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	107
4.2	Equipe Multidisciplinar.....	109
4.3	Atuação do Coordenador do Curso.....	109
4.4	Regime de trabalho do Coordenador.....	110
4.5	Corpo Docente: Titulação.....	110
4.6	Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso.....	111
4.7	Experiência Profissional do Docente.....	112
4.8	Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica.....	113
4.9	Experiência no Exercício da Docência Superior.....	113
4.10	Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância.....	114
4.11	Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância.....	115
4.12	Atuação do Colegiado de Curso.....	116
	116	
4.13	Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso.....	116
4.14	Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância.....	117
4.15	Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador.....	117
4.16	Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.....	118
5	INFRAESTRUTURA.....	119

5.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral.....	119
5.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso.....	119
5.3 Sala Coletiva de Professores.....	120
5.4 Salas de Aula.....	120
5.5 Acesso dos Acadêmicos a Equipamentos de Informática.....	120
5.6 Biblioteca.....	122
5.6.1 Acervo.....	122
5.6.2 Horários de Funcionamento.....	122
5.6.3 Aquisições.....	123
5.6.4 Serviços Oferecidos.....	123
5.6.5 Informatização.....	123
5.7 Bibliografia Básica por Unidade Curricular (UC).....	124
5.8 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular (UC).....	124
5.9 Laboratórios Didáticos de Formação Básica.....	125
5.10 Laboratórios Didáticos de Formação Específica.....	126
5.10.1 Laboratório – Brinquedoteca.....	126
5.11 Comitê de Ética em Pesquisa.....	127
6 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	129
7 REFERÊNCIAS.....	132

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

1.1 Nome da Mantenedora

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense.

CNPJ: 84.953.579/0001-05.

1.2 Base Legal da Mantenedora

A Fundação Universidade do Planalto Catarinense (Fundação Uniplac), CNPJ n. 84.953.579/000-05, foi criada pela Lei n. 5, de 14 de março de 1969, alterada pelas Leis n. 32, de 29 de agosto de 1969 e 01, de 03 de abril de 1973, e consolidadas pela Lei 92, de 01 de abril de 1998, registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13 de abril de 1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002

Email: secfundacao@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.3 Nome da Mantida

Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

1.4 Base Legal da IES

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15 de junho de 1999 e pelo Decreto n. 312, de 23 de junho de 1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09 de novembro de 2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10 de dezembro de 2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23 de novembro de 2010, e pelo Decreto n. 038, de 10 de fevereiro de 2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário.

Município: Lages/SC.

CEP: 88.509-900.

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.5 Perfil e Missão da IES

1.5.1 Perfil

A Uniplac é IES mantida pela Fundação Uniplac, que foi criada por Lei Municipal, de caráter privado e comunitário, se encontra vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n. 4, de 10 de julho 2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do Conselho Universitário (Consuni), n. 134, de 25 de julho de 2014.

1.5.2 Missão

Promover conhecimento, inovação e formação cidadã na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, para o mundo do trabalho e para uma sociedade justa e democrática.

1.5.3

Visão

Ser uma universidade comunitária de referência, na promoção do conhecimento, inovação e desenvolvimento sustentável, comprometida com as demandas da sociedade e do mercado.

1.5.4 Princípios e Valores

Ética. Justiça social. Respeito a diferença e a diversidade. Criatividade e inovação. Trabalho colaborativo. Transparência, eficiência, excelência. Desenvolvimento ambiental, cultural, econômico, pessoal e social.

1.6 Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região da IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se pelo estado.

O bom desempenho econômico e social do Estado foi reconhecido no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP – 2022). Santa Catarina obteve a segunda colocação geral pelo sexto ano consecutivo. Entre os indicadores avaliados na promoção da competitividade e na melhoria da gestão pública, Santa Catarina se destacou nos seguintes pilares: 1º lugar em Segurança Pública Sustentabilidade Social Eficiência da Máquina Pública; 2º lugar em Infraestrutura; 3º lugar em Educação e 4º lugar em Sustentabilidade Ambiental Inovação Potencial de Mercado.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 164.981 habitantes, tem uma densidade demográfica de 62,55 habitantes por quilômetro quadrado. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.637.660 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou

pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro, um dos fatores que contribuiu para o IDH abaixo da média do Estado.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

Lages é conhecida como "Princesa da Serra", município de maior extensão territorial de Santa Catarina, possui perfil agrícola e pecuária, com expressiva produção florestal, fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

A nossa região se destaca com novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e tecnológico que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas multinacionais nos ramos de máquinas e implementos agrícolas, indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos e empresas de papel e celulose.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, educação, mercado, saúde e segurança.

O município de Lages conta com uma universidade pública, um instituto federal, um centro universitário e a Uniplac sendo a única universidade comunitária que atende o município de Lages, os 18 municípios da região da Amures e municípios limítrofes do estado do Rio Grande do Sul. Há também no município a inserção de instituições de ensino superior com ofertas de cursos na modalidade a distância. As universidades e instituições de ensino possuem papel fundamental no suporte à inovação, melhoria da qualidade da educação e na liderança de políticas públicas em direção a uma abordagem inclusiva, social, cultural e empreendedora.

Resumo dos dados socioeconômicos e socioambientais de Lages.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FONTES: IBGE/ Amures/ Sebrae/ Prefeitura de Lages/ Ministério da Saúde/ Ministério Educação...
	Habitantes	164.981 pessoas	2022
	Densidade demográfica	62,55 hab. km ²	2022
	Área Superficial	2.637,660 km ²	2022
	IDH-M	0,770 (alto)	2010

Aspe ctos Popu lacionais Gera is			
	Empresas	9.079	2010
	Empregos formais	43.053	2015
	Ganha até ½ salário mínimo	31,5%	2014
	Salário médio	2.200	2020
	Pessoal ocupado	50.422 pessoas	2015
	População ocupada	32,0%	2020
	Renda “per capita”	31,5%	2010
	Renda média per capita	R\$ 856,00	2010
	Natalidade	15.0 a cada mil habitantes	2015
	Mortalidade infantil	13,33 por mil nascidos vivos	2022
	Leitos de internação	453	2010
	Esperança de vida ao nascer	77 anos	2010
	Estabelecimentos de saúde	554	2010

e	Saúde	Profissionais ligados à saúde	1.217	2016
		Cadastrados como hipertensos	10,1%	2014
		População com plano de saúde	16,7%	2014
		Taxa de analfabetismo adulto	5%	2013
		Médicos por mil habitantes	2,3	2016
		Óbitos por neoplasia maligna	236/ano	2013
		Área superficial	2.637 Km ²	2010
Terri- tório/ambiente		População exposta a risco	9%	2010
		Bioma	Mata atlântica	2020
		Adultos com ensino fundamental completo	57%	2010
		Adultos com ensino médio completo	39%	2010
		Adultos com ensino superior completo	14%	2010
		IDHM	0,770 (alto)	2015

ação	Educ			
		Matrículas nas diversas modalidades de ensino	40.667	2016
		Taxa de abandono escolar	10,5%	2015
		Escolarização (6 a 14 anos)	97,3 %	2010
		Taxa de analfabetismo adulto	5%	2013
		Distorção idade-série	23,3%	2015
		Rendimento médio <i>per capita</i>	R\$ 856,	2017
		Benefício Bolsa Família	6.758 famílias	2010
		Média Salarial emprego formal	1.889 homens 1.591 mulheres	2015
	alho/ da	Trab Ren Média salarial por escolaridade	R\$ 834 – analfabeto R\$ 1.228 – Ensino Médio R\$ 3.216 - Ensino Superior	2015

	Empresas	9.079	2014
	Potencial de Consumo	R\$ 20.888 - Classe A R\$ 768, – Classe E	2017
	Energia Elétrica (consumo)	Total Kwh 328.892.093	2012
	Abastecimento de Água Encan.	99% da população	2010
Infra estrutura	Coleta de Esgoto	84,9% dos domicílios	2010
	Coleta de Lixo	99% dos domicílios	2010
	Transportes	59% da população utiliza	2010
Econ omia	Receitas	R\$ 422.248.480, bi	2015
	Despesas	R\$ 444.127.598 bi	2015
	Transferência da União	29,7%	2015
	Produto Interno Bruto – PIB	R\$ 4,3 bilhões	2010

Aspectos Econômicos	Taxa média de Cres. do PIB	11,4%	2014
	Estratificação do VAB (Valor Adicionado Bruto)	VAB Agropecuária 1,8% VAB Indústria 25,4% VAB Comércio. 13,2% Prestação Serviços 33,3%	2014
	Comércio Exterior	US\$ 178 milhões exportações US\$ 29,9 milhões importações	2016

FONTE: Dados da pesquisa 2024.

1.7 Breve Histórico da IES

A história da Universidade do Planalto Catarinense teve seu início com a Associação Catarinense de Cultura, criada em julho de 1959 e tinha como finalidade a manutenção de estabelecimentos de ensino superior e de ensino médio - escolas técnicas

do comércio.

Em 1965, a partir de lei municipal, é criada a Fundação Educacional de Lages–FEL, para reger o ensino superior de Lages, que em 1969 se transformaria na Fundação Universidade do Planalto Catarinense, como entidade de direito público e de administração indireta que contaria com autonomia plena em questões didático-científicas, disciplinares, administrativas e financeiras. Em 1966 foram implantadas as faculdades de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages (Facec), como era chamada, com os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Em 1970, foi autorizado o funcionamento, da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages (Facip), com os cursos de Ciências Sociais, Letras, Pedagogia e Matemática. Em 1974, cria-se a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (Uniplac). Mesmo ano em que se iniciaram as construções dos blocos A, B e C que abrigariam as duas unidades de ensino da Uniplac – Facec e Facip, que funcionavam nas instalações da escola normal Vidal Ramos, antigo Colégio Estadual Aristiliano Ramos e Colégio Franciscano Diocesano, respectivamente.

Já com as duas faculdades funcionando na nova estrutura, na área do antigo aeroporto Correia Pinto, em 1980, a Uniplac obteve parecer favorável à criação do curso de Direito, efetivamente autorizado em 1985. Com as crescentes mudanças que aconteciam no ensino superior em Lages, no início da década de 90 surge a necessidade de transformações na estrutura do ensino superior e em 1994 é tomada a decisão de acionar o processo de transformação da Uniplac em Universidade. No ano seguinte em 1996, foi lançado o Projeto da Universidade.

E assim, o ano de 1999 foi o ano decisivo, pois em 15 de junho, através de autorização do Conselho Estadual de Educação, foi reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) e, em 23 de junho, o governo do estado também reconhece a Uniplac como Universidade, por meio do Decreto n. 312, de 23 junho de 1999, sendo em 27 de julho de 1999, instalada oficialmente, passando assim a usar de todas as prerrogativas inerentes ao status de Universidade. A partir desta data, foram sendo criados os mais diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Dentre tantos, destaca-se o Curso de Medicina.

Com a autonomia didático-pedagógica, técnica e científica própria da Universidade, foram criadas extensões de alguns cursos, nos seguintes municípios: Campo Belo do Sul, São Joaquim, Urubici, Santo Amaro da Imperatriz e Otacílio Costa, ofertados conforme demanda.

A Resolução n. 295, de 21 de dezembro de 2017 consolida a normatização dos

Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs – que representa a delegação de poder para docentes definirem uma série de decisões relacionadas à vida acadêmica docente e discente.

As Resoluções 114, 115 de 1 de novembro de 2013 e 127 de 12 de junho de /2014 tornaram, respectivamente, obrigatória a inclusão da “Educação das Relações Étnico-raciais”, da “Educação Ambiental” e da “Educação dos Direitos Humanos” nas estruturas curriculares de todos os Cursos de Graduação da Uniplac.

A Uniplac, de acordo com a Resolução n. 134 de 25 de julho de 2014, migrou para o Sistema Federal de Ensino.

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) teve sua consolidação por meio de Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016 e foi reestruturado em 20 de março de 2017, passando a ser vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (Seape) da Pró-Reitoria de Ensino, com o objetivo de atender aos estudantes com dificuldades na aprendizagem e apoiar os estudantes com deficiências, no acesso, permanência e conclusão dos estudos no ensino superior. Este programa é apoiado pela Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA) instalada por meio da Resolução n. 235, de 11 de agosto de 2016, tem como finalidade acompanhar e propor medidas à universidade que visem garantir os requisitos de acessibilidade, aos acadêmicos e funcionários, com deficiência.

A Uniplac conta também com a Comissão Própria de Avaliação – CPA – regulamentada pela Resolução n. 456, de 03 de fevereiro de 2021, sendo que tem por atribuição acompanhar os processos internos de avaliação da Instituição, conforme determina o Art. 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA tem como propósito contribuir para reafirmar e redefinir a missão institucional e seus valores, bem como sedimentar uma cultura de avaliação universitária. Atua diretamente: na análise dos instrumentos do processo de autoavaliação; sistematização dos procedimentos do processo de autoavaliação, estabelecendo metodologias de trabalho; acompanhamento do tratamento dos dados coletados e aprovação dos relatórios emitidos; sugestão e recomendações com base nos dados dos relatórios; aprovação do relatório de autoavaliação, levando em consideração a legislação vigente; garantia da visibilidade à comunidade universitária dos resultados. A comissão em conformidade à Lei 10.861, art. 11, inciso I, por ato do dirigente máximo da instituição, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, foi atualizado em 2024 e tem

vigência até 2028.

A Uniplac busca constantemente atualizar-se fazendo investimentos nas áreas pedagógicas, de tecnologia, ciência, cultura, esporte e infraestrutura.

2 IDENTIFICAÇÃO DO curso

2.1 Nome do Curso

Curso de Pedagogia

2.1.1 Grau

Licenciado (a)

2.2 Atos Legais

Autorização e Reconhecimento: Decreto n. 69.457/71, do Conselho Federal de Educação.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 134, de 15/06/1999, Resolução n. 031, de 15/06/1999, do Conselho Estadual de Santa Catarina (CEE/SC), publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina sob n. 312, de 23/06/1999.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 334, de 09/11/2004 e Resolução n. 058, de 09/11/2004, do CEE/SC, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina sob Decreto n. 2.717, de 10/12/2004.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n.079/2011, do CEE/SC e Decreto n. 038, de 10/02/2011, publicado no Diário Oficial do Estado, sob n. 19.027, de 11/02/2011.

Novo Projeto: Aprovado pelo Parecer Consuni n. 227, de 13/12/1012.

Renovação de Reconhecimento: Parecer n. 205, de 03/06/2014 e Resolução n. 183, de 03/06/2014, do CEE/SC.

Reestruturação: Em 21/12/2017, com Parecer n. 782 e Resolução n. 321, de 22/12/2017, houve a aprovação da Estrutura Curricular do Primeiro Semestre do Curso de Pedagogia. Em 25/06/2018 sob Parecer Consuni n. 048 e Resolução n. 377, de 29/06/2018, a Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia foi aprovada para atender as Resoluções internas do Consuni n. 291 e 292/2017 e 342, 347 e 355/2018. O Projeto Pedagógico do Curso foi

aprovado pelo Parecer n. 19, de 18/07/2022, de Resolução n. 490, de 20/07/2022.

Renovação de Reconhecimento: O Curso de Pedagogia teve sua renovação de reconhecimento através da Portaria do MEC n. 498, de 30/08/2021, publicada no Diário Oficial da União n. 165, de 31/08/2021.

Reestruturação: Em 07/11/2022, com Parecer Consuni n. 053 e a Resolução n. 531 de, 16/11/2022, foi aprovado o primeiro semestre do Curso de Pedagogia, e em 13/12/2023 com o Parecer n. 47 e Resolução n. 580 de, 20/02/2024 foi aprovada a nova estrutura curricular do curso.

2.3 Carga Horária Total do Curso

O curso integraliza a estrutura curricular em 3.520 horas.

2.4 Número de Vagas

40 vagas anuais

2.5 Periodicidade

Semestral.

2.6 Integralização

Mínima: 4 anos/8 semestres.

Máxima: 8 anos/16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25 de maio de 2015.

2.7 Turno de Funcionamento do Curso

Noturno, em regime regular. Matutino, vespertino e noturno incluindo finais de semana quando em regime especial (conforme edital).

2.8 Modalidade de Oferta

Presencial, com 5 (cinco) disciplinas institucionais que totalizam 400 horas (11,36% da carga horária total do curso) na Modalidade a Distância, conforme Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

2.9 Formas de Acesso

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Os cursos de Graduação na Uniplac se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de Pós-Graduação lato e stricto sensu. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação em diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI (2024/2028).

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a Uniplac vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da Uniplac é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da Uniplac estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

A partir dessa perspectiva, os cursos de Graduação da Uniplac constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida.

3.1.1 Políticas das Licenciaturas da Uniplac

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia faz parte do contexto das Licenciaturas da Uniplac e suas atividades estão voltadas para o compartilhamento de disciplinas, fato que teve seu início no final de 2006, quando foram aprovadas as políticas das licenciaturas na Uniplac. Essa implantação representou e representa uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, ultrapassa a perspectiva disciplinar e articula no planejamento das atividades acadêmicas a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas e conceitos, de modo a estabelecer a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.

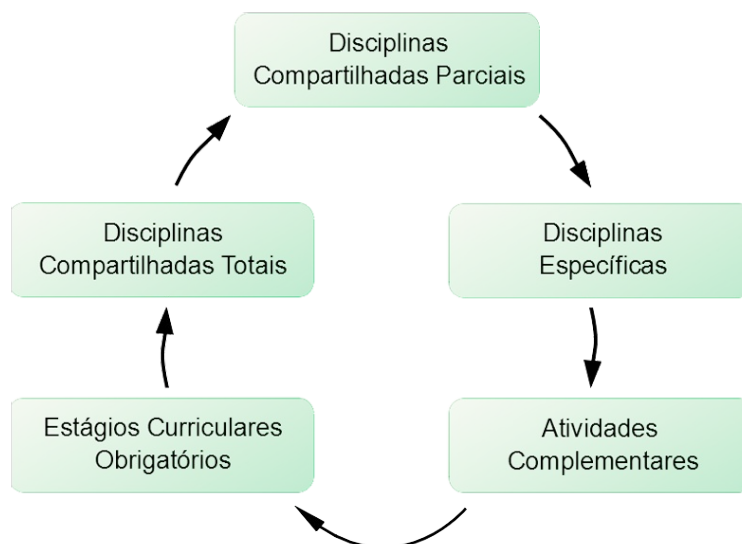


3.1.2 Política das Licenciaturas Compartilhadas da Uniplac

Nesse sentido, a carga horária total do curso está dividida em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios, atividades complementares e práticas de extensão.

Nessa política, é necessário planejar a formação continuada para construir no processo a formação de professores do ensino superior que irão trabalhar nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

O planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



3.1.3 Licenciatura com Disciplinas Compartilhadas

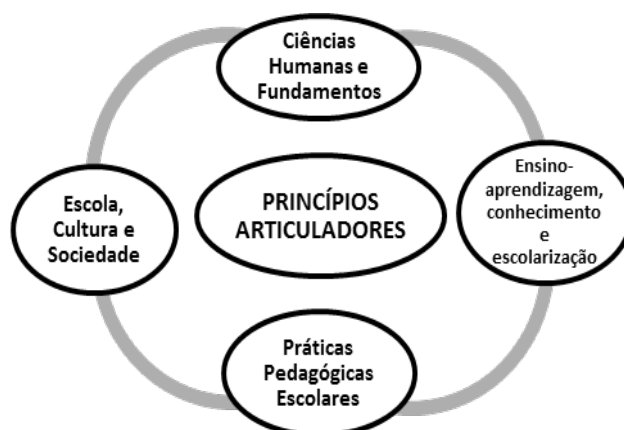
Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da Uniplac inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço que possibilita ao professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que “a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal”. (Nóvoa, 1995, p. 25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos acadêmicos (as) conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazer docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- a) problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- b) aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- c) compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.



3.1.4 Princípios Articuladores das Licenciaturas

Diante disso, os cursos de Licenciatura da Uniplac articulam-se entre si e com a Instituição por meio de ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Já em 2012, a Instituição foi contemplada com bolsas de estudos referentes ao projeto Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), em ação promovida pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O programa tem como proposta oportunizar aos acadêmicos (as) / bolsistas dos Cursos de Licenciatura uma aproximação com a realidade escolar com o exercício da docência supervisionada, na perspectiva de proporcionar a construção da identidade profissional, a superação da dicotomia entre teoria e prática e também maior aproximação da IES e da Unidade Escolar.

No Brasil, a formação de professores para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio são responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União o papel de incentivar, traçar diretrizes por meio do Plano Nacional de Educação, financiar parcialmente e regular as políticas regionais.

Sendo assim, o cenário da Educação Básica no Brasil não é animador. O país é um dos líderes mundiais em reprovação no primeiro ano do ensino fundamental. A metade dos estudantes que ingressam no ensino fundamental não consegue avançar na aprendizagem, pois o sistema não oferece as condições de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever. A má qualidade perpassa todo o sistema, também para aqueles que conseguem superar as fases iniciais.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Um deles, não o menor, é a falta de políticas públicas para a educação e para a carreira dos professores, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio para as políticas governamentais.

Os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora - reconheça-se, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país.

A região carrega ainda hoje Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – abaixo da média do estado, realidade que comanda as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (2024/2028).

Diante de tal quadro, hoje, após décadas de existência, quais serão as expectativas da Uniplac na relação com a sua Região? Se a melhor parte da história é a que está por vir, quando pensamos na Uniplac será preciso voltarmos para o futuro e mostrá-la como intenção e esforço teórico e prático para não frustrar as expectativas de seu entorno.

Nesse sentido é que, com Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), quando tratam de definir uma Universidade socialmente relevante, os grandes desafios da Educação Superior situam-se em 3 níveis principais:

- A luta por padrões de qualidade;
- A universalidade de acesso;
- A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a instituição Uniplac, antes de mais nada buscará garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à conquista da relevância social. (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas da região, a Uniplac deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo local e regional precisa. Daí decorre que as políticas institucionais e as estruturas curriculares têm que estar comprometidas com as metas da relevância social. Assim, ensino, pesquisa, extensão e Pós-Graduação terão que estar intimamente inter-relacionados, não apenas como opção, mas como atividades curriculares obrigatórias e estruturantes.

No âmbito do Curso de Pedagogia, a pesquisa universitária desenvolver-se-á a partir de critérios de relevância social e científica, priorizando os processos de interação com o ensino e a extensão. As políticas adotadas estarão voltadas para esta indissociabilidade, em

consonância com a missão da Universidade.

As ações concretas em pesquisa, associadas ao Ensino e à Extensão, estão propostas para o Curso de Pedagogia na perspectiva de uma cultura universitária que entenda pesquisa e extensão como elos com as atividades de ensino, produção do conhecimento, responsabilidade e compromisso social. Dessa forma, participará o curso no diuturno processo de superação do histórico institucional apenas voltado ao ensino-transmissor-de-conhecimento.

O Curso de Pedagogia, considerando sua natureza de Licenciatura, deverá se inserir no contexto do desenvolvimento local e regional sustentável - compromisso da Universidade - como um elemento-chave e impulsionador do desenvolvimento local e regional sustentável da Educação como um todo e do conhecimento histórico, mais especificamente.

Em particular, as políticas de pesquisa da Uniplac para o Curso de Pedagogia – Licenciatura, atenderão à consolidação de uma cultura de pesquisa na instituição, por meio do apoio à criação ou fortalecimento de grupos de pesquisa; da ampliação de atividades de iniciação científica junto aos acadêmicos (as) de graduação; da valorização de projetos interdisciplinares; do incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos; da divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas; do estímulo à publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto; da constante busca de integração Ensino, Pesquisa e Extensão; da implementação de sistemática mais adequada de acompanhamento e avaliação das pesquisas, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social (PDI, 2024/2028).

3.2 Justificativa para a criação do curso

O Curso de Pedagogia em sintonia com a LDB n. 9394/96, com as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil e as recomendações constantes dos PCN's, as Diretrizes Curriculares Nacionais do próprio curso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense propõe uma formação de nível superior com foco na docência da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com formação para uma prática pedagógica nas dimensões de gestão, políticas educacionais e atuação em práticas não escolares, numa articulação estruturada à atuação prática e à produção do conhecimento, pela pesquisa, ensino e extensão, na área da educação, de forma que essas práticas favoreçam o desenvolvimento de um profissional com competência científica, para que o de Curso de Pedagogia da Uniplac em seu Projeto Pedagógico demonstre atuação de forma ética, crítico-

reflexiva e criativa em espaços escolares e não escolares.

O Curso de Pedagogia da Uniplac recebe estudantes de vários municípios da região serrana, tais como: Alfredo Wagner, Urubici, Urupema, Paineira, Ponte Alta, Correia Pinto, Curitiba, São Joaquim, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Urupema e inclusive de outro estado, como Vacaria/RS.

Devido a necessidade de profissionais habilitados na área, em Lages/SC, além da Uniplac existem outras instituições que também ofertam o curso de graduação em Pedagogia, sendo com ofertas presenciais e a distância. Há também oferta desta graduação em outros municípios próximos, porém mesmo havendo este curso na cidade, muitos estudantes optam por viajar por mais de uma ou duas para frequentar o Curso de Pedagogia da Uniplac, pois este já alcançou um status de excelente qualidade na formação de profissionais.

Os egressos do Curso de Pedagogia da Uniplac têm se destacado exercendo funções em cargos administrativos, de várias instituições e também pelos excelentes resultados obtidos nos concursos realizados na área educacional, tanto em sala de aula como na gestão escolar.

De acordo com o site <https://qedu.org.br/municipio/4209300-lages> (2024), em Lages/SC existem 123 escolas municipais, 27 estaduais, 20 privadas e 1 Federal. Estas escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e Médio, além das escolas de Ensino Especial, necessitam de profissionais habilitados para atender a demanda da sociedade e atuar com responsabilidade, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Reforça-se ainda que os profissionais egressos do Curso atuam em escolas de educação formal e não formal de toda a região serrana. Destaca-se também que a Universidade absorve egressos, sendo no corpo docente e outros como técnicos administrativos.

O Curso de Pedagogia possui reconhecimento interno e externo pela excelente qualidade na formação profissional, ética e humanística e mesmo havendo outras duas instituições na cidade, principalmente por estar centrado no compromisso de oferecer aos acadêmicos (as) condições de entendimento da realidade social e política, construindo e criando, através de conteúdos teórico-práticos ministrados, formas de atuação profissional transformadora dos paradigmas existentes, em relação à Pedagogia.

3.3 Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso

A Uniplac, na condição de universidade, sustenta-se na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no

universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no Ensino, mas também na produção de conhecimento, por meio da Pesquisa acadêmica, e na sua aplicação – Extensão na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem-estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

Nesse contexto ressalta-se a redefinição das linhas de Pesquisa da Uniplac, que aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo Consuni em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

No Curso de Pedagogia a pesquisa percebe-se bastante clara através de algumas disciplinas, como Iniciação à Pesquisa Científica, Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP), I, II e III e Estágio Curricular Obrigatório I, II, III, IV e V.

O Colegiado de Curso definiu como temáticas para nortear os acadêmicos (as) na escolha dos seus orientadores, conforme afinidade aos temas, as seguintes linhas de pesquisa: Aspectos Pedagógicos e Socioculturais da docência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Educação Especial e Alfabetização, Letramento e Numeralização.

A Uniplac oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que e um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); e bolsas do Programa Universidade Gratuita do Governo do Estado de Santa Catarina em pesquisa ação.

Outra atuação importante da pesquisa na Uniplac é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/Uniplac. O CEP/Uniplac tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a Uniplac, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2024-2028, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de dezembro de 2010 (MEC), que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 13.005, de 25/06/2014 do Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação se percebe a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados

para o trato social e profissional. O PDI da Uniplac 2024-2028 também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

- I. Promoção da educação e do trabalho;
- II. Assistência jurídica a família;
- III. Assistência social a família;
- IV. Manutenção dos alunos carentes na universidade;
- V. Promoção do esporte e cultura;
- VI. Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
- VII. Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- VIII. Ações comunitárias com vistas ao Desenvolvimento Regional sustentável;
- IX. Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação citadas, juntamente as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a Uniplac nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

No conjunto das finalidades da instituição educadora, conforme a definição constitucional, está a formação humana, a capacitação profissional e a qualificação para a cidadania, promovida por meio do ensino, da Pesquisa e da Extensão. Neste caso a extensão cumpre um papel importante na medida em que posiciona a instituição, junto com todo o seu projeto pedagógico, no horizonte das novas fronteiras do conhecimento e das construções sociais. (SÍVERES, 2011, p. 26)

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas, Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão e disciplinas de Práticas Extensionistas.

Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

3.3.1 Curricularização da Extensão/Práticas Extensionistas

A Uniplac apresenta, na estrutura curricular dos cursos, atividades de extensão. Tal ação é realizada em cumprimento à Resolução n. 7 do MEC, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional da Educação (PNE). Para tanto, instituiu-se a Resolução do Consuni n. 447, de 10 de novembro de 2020, que estabelece a inclusão da Extensão na Estrutura Curricular para todos os cursos de graduação da universidade.

Especificamente no curso de Pedagogia, fazem parte da estrutura curricular as disciplinas de Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica. A disciplina de Práticas Extensionistas é ministrada de forma interdisciplinar, num processo político educacional, social, cultural, científico e tecnológico. Assim, promove a produção de mudanças na própria IES e nos demais setores da sociedade, nos diversos espaços da comunidade, proporcionando a aplicação dos conhecimentos construídos no ambiente escolar na transformação das realidades sociais. Dessa forma, é possível estimular a formação de cidadãos éticos, críticos e responsáveis, que cuidem e zelem pelo meio ambiente, respeitem as diversas culturas e a diversidade humana e os direitos humanos. Além disso, a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, por seu perfil essencialmente articulado ao contexto escolar, também integraliza parte de sua carga-horária com a previsão de atividades de extensão.

A disciplina de Práticas Extensionistas está prevista na estrutura curricular do curso entre o 2º semestre e o 7º semestre, enquanto a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, ocorre do 6º ao 8º semestre do curso. Ao final, tem-se uma carga-horária de 352 horas de extensão, com a seguinte organização:

Semestre	Carga	Disciplina Ofertada
----------	-------	---------------------

	Horária	
2º semestre	40h	Práticas Extensionistas
3º Semestre	40h	Práticas Extensionistas
4º Semestre	60h	Práticas Extensionistas
5º Semestre	60h	Práticas Extensionistas
6º Semestre	72h	Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica I
7º Semestre	70h	Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica II
8º Semestre	10h	Pesquisa e Prática Pedagógica III
Total	352h	

O trabalho realizado a cada semestre é realizado da seguinte forma: no 2º semestre, na disciplina de Práticas Extensionistas, os/as acadêmicos (as) têm aulas teóricas sobre os conceitos e a fundamentação do que é a extensão universitária e como ela pode ser colocada em prática. Além disso, inicia-se fase de elaboração de esboços de pré-projetos que atenderão aos anseios da comunidade externa. Para tanto, é preciso lançar um olhar para questões sociais do entorno universitário que necessitam de alguma intervenção. Isso está contemplado na ementa prevista para a disciplina: “Princípios da extensão universitária. Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do semestre”. A avaliação é realizada por meio da elaboração e apresentação dos pré-projetos em um seminário integrativo ao final do semestre. Na ocasião, são selecionados os trabalhos mais viáveis, relevantes e exequíveis, enquanto os demais passam a compor um banco de projetos do curso, podendo ser colocados em prática a qualquer momento.

Dando continuidade ao trabalho da disciplina de Práticas Extensionistas, a partir do 3º semestre, para atender à ementa “Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do semestre”, os/as acadêmicos (as) são divididos em grupos, com o objetivo de finalizar os projetos de extensão a serem executados, os quais já foram

selecionados no semestre anterior. Nesse momento, a avaliação corresponde ao engajamento dos/as acadêmicos (as) nas atividades em grupo, bem como pela capacidade de assimilar, refletir e posicionar-se criticamente sobre os conteúdos da disciplina, especialmente nas atividades de leitura, pesquisa e produção dos materiais necessários para a execução dos projetos propostos.

Cabe ressaltar que os projetos desenvolvidos devem envolver as áreas de atuação definidas conforme o perfil do Curso de Pedagogia, com atividades de apoio pedagógico, oficinas, minicursos, cursos, seminários, entre outras, que se caracterizem enquanto práticas extensionistas para a comunidade e envolvam as temáticas da alfabetização, letramento, numeralização, e unidades temáticas dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso. A proposição, seleção e avaliação dos projetos ocorre no início de cada semestre, a partir do banco de projetos previamente constituído.

Já no 4º e 5º semestre, os estudantes executam, em grupos, os projetos anteriormente produzidos, a partir do cronograma elaborado. Para tanto, há a orientação dos professores da disciplina que acompanham o trabalho e conduzem os processos de avaliação constante e aprimoramento das práticas extensionistas. Para a finalização do processo, a cada semestre, deve-se elaborar um relatório composto pela descrição do percurso e análise reflexiva dos resultados obtidos para possíveis ajustes na metodologia e nas estratégias adotadas.

Por sua vez, no 6º e 7º semestres, além de dar continuidade aos projetos executados nos semestres anteriores e finalizá-los, os estudantes iniciam a produção de uma pesquisa científica na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, aproveitando o público-alvo e as temáticas dos projetos das práticas extensionistas, com vistas à elaboração de um artigo científico, que será publicado em revistas ou periódicos da área. Por fim, no 8º semestre ocorre a finalização do artigo científico e a apresentação para a comunidade acadêmica, com o compartilhamento dos principais resultados alcançados e o detalhamento do percurso percorrido.

3.4 Objetivos do Curso

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso, bem como o PDI da Uniplac (2024-2028) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do próprio curso. Além disso, os objetivos estão de acordo com a legislação educacional e a política curricular

nacional vigentes, fundamentando-se em documentos como: a Constituição Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Base do Território Catarinense.

3.4.1 Objetivo Geral

Desenvolver saberes docentes que incluam conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que mediarão sua atividade nas instituições escolares e não escolares.

3.4.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar competências do ponto de vista ético e epistemológico, com espírito crítico e reflexivo;
- Participar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- Contribuir para a difusão e para a construção do conhecimento científico da Pedagogia;
- Utilizar com propriedade instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, promovendo princípios democráticos, equidade e cidadania.
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, orientação sexual, geração, classes sociais, religiões, deficiências e necessidades especiais.

3.5 Perfil Profissional do Egresso

O profissional egresso do curso de Pedagogia será capaz de:

- atuar de modo reflexivo, ético, autônomo, proativo e criativo, com vistas na construção de uma sociedade justa, democrática, sustentável e geradora da cultura da paz;

- exercer atividades profissionais com fundamentação teórico-prática na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- reconhecer e respeitar as diferentes manifestações socioculturais, necessidades físicas, cognitivas, socioemocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas.

3.6 Áreas de Atuação do Profissional

O campo de atuação do licenciado em Pedagogia deve ser composto pelas seguintes dimensões:

- docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

3.7 Estrutura Curricular, Ementário e Referências

A Estrutura Curricular contempla o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia em termos de conteúdos e carga horária, procurando ser flexível e adaptada às diversas situações, numa abordagem integral do processo.

Para tanto, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica compatível com a carga horária do curso. Esta estrutura é baseada na factibilidade da articulação da teoria com a prática. As disciplinas e cargas horárias do curso são baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo que o curso possui disciplinas na Modalidade a Distância, que totalizam 400 horas (11,36% da carga horária total do curso), ou seja, inferiores a

observância dos 40% exigidos sobre a carga horária total do curso, conforme Portaria MEC n. 2.117, de 06 de dezembro de 2019.

A carga horária total do curso prevista é de 3520 horas, distribuídas em 08 semestres letivos, contemplando as áreas do conhecimento da Pedagogia em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios, atividades complementares e práticas de extensão.

A proposta curricular para o Curso de Pedagogia da Uniplac foi estruturada em regime regular presencial, que prevê um período 8 semestres para a integralização e cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando os diferentes conteúdos através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

Os conteúdos curriculares caracterizadores básicos, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e contemplam o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.

A Estrutura Curricular foi idealizada com vistas a preparar profissionais para o exercício das atividades relativas a Pedagogia, na perspectiva do “aprender a aprender”, bem como, atender às novas exigências requeridas do ambiente externo que, encontra-se em constante movimentação impondo inovações também no processo de desenvolvimento da educação. Com isso busca-se:

- oportunizar o conhecimento técnico, científico e humano, orientado à Pedagogia;
- desenvolver capacidades no/a acadêmico (a) como resultado de uma melhor qualificação para o mundo do trabalho;
- possibilitar a vivência em situações reais e simuladas do contexto educacional;
- proporcionar uma formação profissional dotada de visão crítico construtiva, habilidades técnicas e humanas, com compromisso ético, social e ambiental.

Além dessa estrutura, em atenção à legislação, Decreto-Lei n. 5.625 de 22 de dezembro de 2005 em seu artigo 3º, parágrafo 2º, que normatiza a oferta do ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a regulamentação interna através do Consuni, instituiu-se a Resolução n. 086 de 21 de dezembro de 2009, normatizando o oferecimento da disciplina de Libras como obrigatória nos cursos de licenciaturas e optativa nos demais cursos da Universidade.

Ademais, procurando seguir o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008; Resolução CNE/CP n. 01 de 17 de junho de 2004), o curso de Pedagogia tem contemplado tais temas transversalmente e, particularmente, na ementa da disciplina de Cultura Diferença e Cidadania.

Em relação às Políticas de Educação Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002), o curso oferece a disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que contempla conceitos sobre o tema. Já os temas referentes à Educação em Direitos são contemplados pelo Curso de Pedagogia na ementa da disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania.

A Prática como Componente Curricular (PCC) faz parte de todo o currículo de Pedagogia. As disciplinas de 4 créditos possuem 14h de PCC cada, enquanto as disciplinas de 2 créditos têm 7h de PCC, com exceção das disciplinas institucionais, estágios e práticas extensionistas.

As disciplinas do curso de Pedagogia podem ser agrupadas em:

- 1) Base Comum;
- 2) Conteúdos Específicos;
- 3) Prática Pedagógica
- 4) Atividades Complementares;

3.7.1 Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia

1º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Filosofia da Educação	80	4	-	-	66	14
Sociologia da Educação	80	4	5	-	61	14
História da Educação	80	4	5	-	61	14
Profissão Docente*	40	2	-	-	33	7
Tecnologias da Informação e Comunicação**	80	4	-	-	-	-
Total da carga horária do semestre	360	18	10	-	221	49
2º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Antropologia da Educação	40	2	-	-	33	7
Alfabetização e Letramento	80	4	10	-	56	14
História da Educação Brasileira	80	4	-	-	66	14
Políticas Públicas da Educação Básica *	40	2	-	-	33	7
Psicologia da Educação *	40	2	-	-	33	7
Cultura, Diferença e Cidadania **	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	40	2	-	40	-	-
Total da carga horária do semestre	400	20	10	40	221	49
3º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Tecnologia da Educação	40	2	20	-	13	7
Alfabetização e Numeralização I	80	4	20	-	46	14
Psicologia da aprendizagem	80	4	-	-	66	14

Literatura Infanto juvenil	40	2	-	-	33	7
Currículos e Saberes *	40	2	-	-	33	7
Língua Portuguesa **	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	40	2	-	40	-	-
Total da carga horária do semestre	400	20	40	40	191	49
4º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Processos Socioculturais Formais e Não Formais	40	2	-	-	33	7
Educação e Necessidades Especiais*	40	2	-	-	33	7
Fundamentos da Didática	40	2	-	-	33	7
Alfabetização e Numeralização II	80	4	20	-	46	14
Estágio Curricular Obrigatório I	80	4	-	-	80	-
Iniciação à Pesquisa Científica **	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	420	21	20	60	225	35
5º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Didática *	80	4	-	-	66	14
Estágio Curricular Obrigatório II	80	4	-	-	80	-
Projeto Pedagógico e Cotidiano na Educação Infantil	40	2	-	-	33	7
Fundamentos da Educação Infantil e Direitos da Infância	80	4	10	-	56	14
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável **	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	420	21	10	60	235	35
6º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Estágio Curricular Obrigatório III	80	4	-	-	80	-
Alfabetização e Numeralização III	80	4	10	-	56	14
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais I	80	4	10	-	56	14
Práticas Pedagógicas da Educação Especial	80	4	10	-	56	14
Libras I *	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica I *	40	2	-	12	21	7
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	460	23	30	72	302	56
7º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais II	160	8	40	-	90	30
Alfabetização e Numeralização IV	80	4	10	-	56	14
Estágio Curricular Obrigatório IV	80	4	-	-	80	-
Libras II *	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica II *	40	2	-	10	23	7
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	460	23	50	70	282	58
8º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse PCC
Andragogia	80	4	-	-	66	14

Alfabetização e Numeralização na Educação de Jovens e Adultos – EJA	80	4	10	-	49	21
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais III	80	4	10	-	50	20
Estágio Curricular Obrigatório V	80	4	-	-	80	-
Gestão de Processos Educacionais *	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica III *	40	2	-	10	23	7
Total da carga horária do semestre	400	20	20	10	301	69
Total da Carga horária	3.320	166	190	352	1.978	400
Atividades Complementares	200	-	-	-	-	-
Carga horária Total do Curso	3.520	166	190	352	1.978	400

*Disciplinas Compartilhadas (Obs. A disciplina de Práticas Extensionistas também será compartilhada entre os cursos de Licenciaturas)

**Disciplina Institucional, de acordo com a Resolução Consuni n. 355, de 19/06/2018.

Observação: O Decreto n. 5.626 em seu art. 3º, parágrafo 2º, publicado em 22 de dezembro de 2005, normatizou a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

3.7.2 Resumo Explicativo

Composição da Estrutura Curricular	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas*	520
Disciplinas Institucionais**	400
Disciplinas Específicas	1.648
Estágio Curricular Obrigatório	400
Atividades Complementares	200
Atividades de Extensão	352
TOTAL	3.520

3.7.3 Ementário e Referências

1º Semestre	
Filosofia da Educação	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Filosofia e educação. Educação como objeto de reflexão filosófica. Filosofia da educação no Brasil
Referências	<p>Básicas: ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. GHIRALDELLI, Jr. Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. Barueri: Manole, 2012. PAVIANI, Jayme. Problemas de Filosofia da Educação. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.</p> <p>Complementares: CHAUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002. KANT. Immanuel. Sobre a pedagogia. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 2012. LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2011. NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. Conversas com filósofos brasileiros. São Paulo: editora 34, 2001.</p>

	REALE REALE, Giovanni. História da filosofia antiga : das origens a Sócrates. v. 1. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
Sociologia da Educação	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Abordagem sociológica da educação. Educação no pensamento sociológico clássico e contemporâneo. Sociologia da educação na América Latina e no Brasil. Educação e trabalho.
Referências	<p>Básicas: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.</p> <p>Complementares: DALAROSA, Adair Ângelo. Estado, educação e sociedade. Caçador: UNC, 1998. DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da Educação. São Paulo: Moderna, 1996. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. POPKEWITZ, T. S. Reforma Educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p>
História da Educação	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	História da educação. Introdução aos períodos: da antiguidade, idade média, moderna e contemporânea. As implicações político-pedagógicas do Humanismo Renascentista, da Reforma e Contrarreforma. Fundamentos teórico-metodológicos na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade.
Referências	<p>Básicas: CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação UNESP, 1999. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 1995. SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.</p> <p>Complementares: FRANCO, José Eduardo; RITA, Annabela. O Mito do Marquês de Pombal: a mitificação do Primeiro-Ministro de D. José pela Maçonaria. Lisboa: Prefácio, 2004. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2000. MARROU, Henri Irene. História da educação na antiguidade. São Paulo: EPU, 2017. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. A educação escolar em perspectiva histórica. Campinas: Autores Associados, 2005. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil: séculos XVI-XVIII. v. 1, 2, 3. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>
Profissão Docente	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. Função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	<p>Básicas: ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005. MEIRIEU, P. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>Complementares: BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1994.</p>

	GADOTTI, M. Boniteza de um sonho : ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003. NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor . 2. ed. Portugal: Porto, 1995. PRADOS, R. M. N.; BONINI, L. M. de M. A teia do saber : um novo olhar sobre a formação do professor. Mogi das Cruzes: Oriom, 2004.
Tecnologias da Informação e Comunicação	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	Básicas: FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação . São Paulo: Cengage Learning, 2015. JENKINS, Henry. Cultura da convergência . São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada . São Paulo: Cengage Learning, 2012. Complementares: BATISTA, Sueli Soares dos Santos; FREIRE, Emerson. Sociedade e tecnologia na era digital . São Paulo: Erica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência : o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: editora 34, 2010. MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino a distância . São Paulo: Erica, 2014. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula . São Paulo: Saraiva, 2014. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital : o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco, 2013.
2º Semestre	
Antropologia da Educação	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Diferentes formas de organização societária. Sociedade, cultura e educação com ênfase nas sociedades contemporânea. Parentesco e família. Multiculturalismo e a educação. Ritos, rituais e práticas escolares. Lugares e não lugares antropológicos na educação. Políticas de identidade. Prática antropológica: o método e a pesquisa em antropologia e educação.
Referências	Básicas: DAMATTA, Roberto. Relativizando : introdução a uma à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. MARC, Augé. Não lugares : introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. MELLO, Gonzaga. Antropologia cultural : iniciação, teoria e temas. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Complementares: ANDRÉ, Marli Eliza D. A. Etnografia da prática escolar . Campinas: Papyrus, 1998. BRANDÃO, C. R. O que é educação . São Paulo: Brasiliense, 2001. ESPINA BARRIO, A. B. Manual de antropologia cultural . Recife: Massangana, 2005. HOEBEL, E. A. & FROST, E. L. Antropologia cultural e social . São Paulo: Cultrix, 2007. MARCONI, M. de. & PRESOTTO, Z. M. Antropologia : uma introdução. São Paulo: Atlas, 2001.
Alfabetização e Letramento	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Conceitos. Diferenças e inter-relações entre alfabetização e letramento. Teorias da aquisição da linguagem. Aspectos psicolinguísticos da aquisição da fala e da escrita.
Referências	Básicas: KRAMER, Sônia. Alfabetização leitura e escrita : formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2004. SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA, Márcia. Alfabetização e letramento : conceitos e

	<p>relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2003.</p> <p>Complementares:</p> <p>BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf></p> <p>GARCIA, Regina Leite (Org.). A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>PARREIRA, Ninfa. Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê. Belo Horizonte: RHJ, 2009.</p> <p>SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.</p> <p>SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>
História da Educação Brasileira	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	História da educação no Brasil no período colonial e imperial. Estudo das lutas e movimentos sociais. Historicidade do fenômeno educativo na sociedade brasileira. História da educação e da escola no Brasil republicano. Surgimento da escola e da sala de aula no Brasil, em Santa Catarina e em Lages.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de A. História da educação e da pedagogia geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.</p> <p>GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Filosofia e história da educação brasileira: da Colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. Recurso online.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa S. História da Educação Brasileira: a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 1989.</p> <p>Complementares:</p> <p>FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação brasileira no contexto histórico. 2. ed. Campinas: Alinea, 2013.</p> <p>MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia e GONDRA, José g. (Orgs.) Educação no Brasil: História, Cultura e Política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.</p> <p>SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.) História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.</p> <p>TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia Nacional, 1976.</p> <p>VENÂNCIO FILHO, Alberto. O manifesto dos pioneiros da escola nova, 1932. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989.</p>
Políticas Públicas da Educação Básica	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Educação básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatório da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/19394.htm</p> <p>_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file.</p> <p>SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/03/Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm</p> <p>_____. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis</p>

	<p>nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm</p> <p>_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal-site.pdf</p> <p>DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p>
Psicologia da Educação	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas na interface psicologia e educação. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem com inter-relação nas dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>AZZI, R. G. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.</p> <p>DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos De. Psicologia na educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>LA TAILLE, Ives de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.</p> <p>Complementares:</p> <p>BERTRAND, Y. Teorias contemporâneas da educação. Montreal: Horizontes Pedagógicos (Instituto Piaget): 2001.</p> <p>BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Machina; FURTADO, Odair (Org.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.</p> <p>PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 5. ed. São Paulo: Summus, 2001.</p> <p>VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A.R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2018.</p>
Cultura, Diferença e Cidadania	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós-modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013.</p> <p>CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adécir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e</p>

	<p>perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014.</p> <p>CHAUÍ, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.</p> <p>ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Princípios da extensão universitária. Função acadêmica e social. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
3º Semestre	
Tecnologia da Educação	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Informática e educação. Sala de aula e as tecnologias digitais de informação e comunicação.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>GABRIEL, Martha. Você, eu e os robôs: como se transformar no profissional digital do futuro. 2. São Paulo: Atlas, 2021. Recurso online.</p> <p>RAABE, André; ZORZO, Avelino F; BLIKSTEIN, Paulo (org.). Computação na educação básica: fundamentos e experiências. Rio de Janeiro: Penso, 2020. Recurso online</p> <p>VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa; GONÇALVES, Lilia Aparecida Costa. Cultura digital, educação e formação de professores. São Paulo: Pontocom, 2022. Disponível em http://www.editorapontocom.com.br/livro/70/vilacagoncalves-culturadigital7062aa1e36e82a9.pdf</p> <p>Complementares:</p> <p>BARRETO, Flavio Chame. Informática descomplicada para educação: aplicações práticas para sala de aula. São Paulo: Erica, 2014.</p> <p>CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello (org.). Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais. Porto Alegre: Penso, 2019. Recurso online.</p> <p>DIAS-TRINDADE, Sara; MILL, Daniel. Educação e humanidades digitais: aprendizagens, tecnologias e cibercultura. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/336222798Educacaoehumanidadesdigitaisaprendizagenstecnologiasecibercultura</p> <p>TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: o uso de tecnologias digitais na aplicação das metodologias ativas. 10. São Paulo: Erica, 2018. Recurso online.</p> <p>_____. Desenvolvimento de projetos educacionais: mídias e tecnologias. São Paulo: Erica, 2014. Recurso online.</p>
Alfabetização e Numeralização I	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Metodologias de alfabetização e fundamentos da numeralização.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ALMEIDA, Marília Barros de & TOLEDO, Mauro de. Teoria e prática de matemática: como dois e dois. Volume único: livro do professor. São Paulo: FTD, 2009.</p> <p>FERRARI, Andrea Gabriela & outros. A criança de seis anos: no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.</p> <p>Complementares:</p> <p>ÂNGEL, Alsinas i Pastells. Desenvolvimento de competências matemáticas com recursos lúdico-manipulativos: para crianças de 6 a doze anos: metodologia. Curitiba: Base, 2009.</p> <p>DECLARK, G. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2001.</p> <p>FERREIRO, Emília. TEBEROSKI, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artemed. 1986.</p> <p>KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a</p>

	atuação junto a escolares de 4 à 6 anos. 23. ed. Campinas: Papyrus, 1997. SSMOLE, Kátia Stocco & Outros. Jogos de matemática de 1º ao 5º ano . Porto Alegre: Artmed, 2007.
Psicologia da Aprendizagem	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Teorias contemporâneas da aprendizagem. Construtivismo e sociointeracionismo. Processos de desenvolvimento humano e construção da linguagem e pensamento.
Referências	<p>Básicas: PALAGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 1994. PIAGET, Jean. O pensamento e a linguagem na criança. São Paulo: Martins Fontes, 1999. VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.</p> <p>Complementares: OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995. PIAGET, Jean. Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001. . A Formação Social da Mente. São Paulo: Vozes, 1989.</p>
Literatura Infante Juvenil	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Literatura infante-juvenil: teoria, prática e pesquisa. Literatura infante-juvenil brasileira Contemporânea. Literatura infante-juvenil catarinense.
Referências	<p>Básicas: BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. BUSATTO, Cleo. A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.</p> <p>Complementares: COLOMER, Teresa. Introdução à Literatura Infantil e Juvenil Atual. São Paulo. Global. 2017. GAGLIARDI, Eliana. Conto de fadas. São Paulo: FTD, 2001. GÓES, Lucia Pimentel. Introdução à literatura infantil e juvenil. São Paulo: Pioneira, 1984. GREGORIM FILHO, José Nicolau; PINA, Patrícia Kátia da Costa; MICHELLI, Regina Silva. A literatura infantil e juvenil hoje: múltiplos olhares, diversas leituras. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011. SILVA, Danusia. Representação da criança nas obras de Maria de Lourdes Krieger e Werner Zotz: escritores catarinenses. Porto Alegre: PUC, 2003.</p>
Currículos e Saberes	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Construção histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Currículo, escola e sociedade. Propostas curriculares alternativas.
Referências	<p>Básicas: ALVES, N. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002. LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2003. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>Complementares: ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. MOREIRA, A. C. B. et al. Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: M.r.Cornacchia, 2011. NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence; MCROBBIE, Angela; SIMON, Roger P.; GIROUX, Henry A.; KELLNER, Douglas; SANTOMÉ, Jurjo Torres;</p>

	GRIGNAN, Claude; SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula : uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. SAVIANI, D. Saber escolar , currículo e didática: problemas da unidade/ método no ensino. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. TORRES, J. Globalização e interdisciplinaridade : o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
Língua Portuguesa	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	Básicas: CASTILHOS, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro . São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual : trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2018. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto : construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010. Complementares: FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto : leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna : aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério : leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. LEFFA, Júlio Araújo Wilson. Redes Sociais e Ensino de Línguas : o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. MASIP, Vicente. Interpretação de textos : curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014.
Práticas Extensionistas	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
4º Semestre	
Processos Socioculturais Formais e Não Formais	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Educação formal e não formal: concepções, aspectos históricos, sociológicos e culturais.
Referências	Básicas: BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas . Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. _____. Educação não formal e o educador social : atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. Complementares: EZINE, Edineide (Org.); ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Org.). Educação e movimentos sociais : novos olhares. Campinas: Alínea, 2007. BUFFA, Ester. Educação e cidadania : quem busca o cidadão?. v. 23. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988 GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação . 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005. _____. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias . São Paulo: Cortez, 2005. TORRES, Carlos Alberto. A política da educação não formal na América Latina . São Paulo: Paz e Terra, 1992.
Educação e Necessidades Especiais	
Carga horária	40 horas - 2 créditos

Ementa	Educação especial. Fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos da educação especial. Necessidades educacionais especiais. Especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	<p>Básicas: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2004. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papirus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares: BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006. FERNANDEZ, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001. VIGOTSKI, L, S. Problemas de Defectologia. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zois Preste e Elizabeth Tunes. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021</p>
Fundamentos da Didática	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Tendências pedagógicas. Organização espaço temporal das atividades escolares. Propostas pedagógicas.
Referências	<p>Básicas: GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho. Ensinar-e-aprender com sentido: Novo Hamburgo: FEEVALE. 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. Cortez. São Paulo. 2013. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.</p> <p>Complementares: ANASTASIOU, Léa das Graças (Org.); ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.ed. Joinville: UNIVILLE, 2004. CARDOSO, Aliana Anghinoni. DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. DORNELES, Caroline Lacerda Os Saberes Profissionais dos Professores na Perspectiva de Tardif e Gauthier: contribuições para o campo de pesquisa sobre os saberes docentes no Brasil. Caxias do Sul: IX ANPEDSUL, 2012. Disponível em: <www.ucs.br/ucs/eventos/anpedsul2012> MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: Da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: 2010. PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. 2.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000. SUANNO, João Henrique. SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Didática e formação de professores: complexidades e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulina, 2013.</p>
Alfabetização e Numeralização II	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Diferentes linguagens. Função subjetiva e social do registro e do discurso. Representação e operacionalização do número.
Referências	<p>Básicas: ALMEIDA, Marília Barros de & TOLEDO, Mauro de. Teoria e prática de matemática: como dois e dois. Volume único: livro do professor. São Paulo: FTD, 2009. SOARES, Magda Becker, MACIEL, Francisca, Alfabetização. Brasília: MEC/INEP/COMPED. 2000. TFOUNI, Leda Verdiani, Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez. 1995.</p> <p>Complementares: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da. (Orgs) Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.</p>

	<p>FASANELLO, Marina Tarnowski; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A arte de contar histórias, integrada a outras linguagens de arte: uma prática pedagógica na educação básica. Pro-Posições: revista quadrimestral da Faculdade de Educação. São Paulo: Unicamp, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Marta Kohl. Organização conceitual e escolarização. In: OLIVEIRA, Marcos Barbosa de; OLIVEIRA, Marta Kohl (Orgs.). Investigações cognitivas: conceitos, linguagem e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.</p> <p>SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008.</p> <p>SOARES, Magda Becker. Alfabetização: a resignificação do conceito. Alfabetização e Cidadania. Belo Horizonte: Autentica. 2003.</p>
Estágio Curricular Obrigatório I	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Observação participante em ambientes educacionais.
Referências	<p>Básicas: FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papyrus, 1996. HERNANDES, Fernando. Como os docentes aprendem. Pátio Revista Pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1998. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>Complementares: LAGES, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação do Município de Lages, Conselho Municipal de Educação – CME. Diretrizes Curriculares do Sistema Municipal de Educação de Lages/SC – DCSMEL. Educação Infantil Ensino Fundamental. Conforme PARECER 261/2021 em 14/05/2021. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000. _____; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. _____; LIMA, Maria S. Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2012. WARSHAUER, C. A roda é o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p>
Iniciação à Pesquisa Científica	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	<p>Básicas: APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. MATIAS PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.</p> <p>Complementares: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. _____. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre Bookman 2010.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos

Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
5º Semestre	
Didática	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.
Referências	<p>Básicas: CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. ESTEBAN, M. T. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. VASCONCELOS, C. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertat, 2005.</p> <p>Complementares: CANDAU, Vera Maria. Reinventar a escola. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. COMÊNIO, J. A. Didática magna. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. 22. ed. São Paulo, Vozes, 2014. SAVIANI, D. Escola e democracia. 37. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.</p>
Estágio Curricular Obrigatório II	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil. Reflexão como fundamento das práticas pedagógicas. Docência e a mediação nos processos de ensinar e aprender. Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio.
Referências	<p>Básicas: COUTINHO, Angela Scalabrin; DAY, Gisele; WIGGERS, Verena. Práticas pedagógicas na educação infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional. São Leopoldo: Oikos, 2012. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Encontros e encantamentos na educação infantil: Partilhando experiências de estágios. São Paulo: Papirus, 2000. PAIGE-SMITH, Alice; CRAFT, Anna e Colaboradores. Desenvolvimento da prática reflexiva na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>Complementares: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001. FULLGRAF, Jodete; WIGERS, Verena. Projetos e Práticas Pedagógicas: na creche e na pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014. LAGES, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação do Município de Lages, Conselho Municipal de Educação – CME. DIRETRIZES CURRICULARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGES/SC – DCSMEL. Educação Infantil Ensino Fundamental. Conforme PARECER 261/2021 em 14/05/2021. OSTETTO, Luciana Esmeralda. Educação Infantil: Saberes e fazeres da formação de professores, (Org.). Campinas, SP: Papirus, 2008. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: o papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009.</p>
Projeto Pedagógico e Cotidiano na Educação Infantil	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Organização do cotidiano na educação infantil: tempo e espaço. Proposta e prática pedagógica na Educação Infantil: currículo, ludicidade, jogos e brincadeiras. Planejamento: atividades, registro e avaliação.
Referências	<p>Básicas: CORAZZA, Sandra Mara. Infância e educação: Era uma vez... quer que conte outra vez?. Petrópolis: Vozes, 2002. FULLGRAF, Jodete & WIGERS, Verena. Projetos e Práticas Pedagógicas: na creche e na pré-escola. Brasília: Liber Livro, 2014.</p>

	<p>KRAMER, Sônia (org.) LEITE, Maria Isabel F.(org.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>Complementares: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. _____. Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998. FARIA, Sonimar C. História e política da educação infantil. In: FAZOLO, Eliane; CARVALHO, C. M. P.; LEITE, M. I. F. P.; KRAMER, Sônia (org.) Educação infantil em curso. Rio de Janeiro: Raval, 1997. GARCIA, Regina L. Revisitando a pré-escola. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. JUNQUEIRA FILHO, G. Interdisciplinaridade na pré-escola: anotações de um educador “on the road”. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.</p>
Fundamentos da Educação Infantil e Direitos da Infância	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Concepções de criança, infância e educação infantil. Histórico da educação infantil no Brasil. Política brasileira de atendimento à criança de 0 a 6 anos incompletos. Papel do Estado: políticas públicas em relação às crianças e as infâncias. Instituições educacionais para a infância de 0 a 12 anos, educação infantil, famílias e socialização das crianças. Crianças em contexto de vulnerabilidade social.
Referências	<p>Básicas: ARIËS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1981. BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: edições Câmara, 2010. WAJSKOP, Gisela. Educação infantil: creches: atividades para crianças de 0 a 6 anos. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1999.</p> <p>Complementares: ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. AZEVEDO, M^a. A. Infância e violência doméstica; fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993. KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. 2019.</p>
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	<p>Básicas: HADDAD, Paulo Roberto. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva 2015. PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. RICKLEFS, Robert. A economia da natureza. 7. ed. São Paulo: Guanabara Koogan 2016.</p> <p>Complementares: ATENA EDITORA. Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Ponta Grossa: Atena, 2018. Disponível online em https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-PP-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo: Erica 2014.</p>

	<p>CORTESE, Tatiana Tucunduva P. Mudanças climáticas do global ao local. São Paulo: Manole 2014.</p> <p>LEFF, Enrique. Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. São Paulo: Manole 2004.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
6º Semestre	
Estágio Curricular Obrigatório III	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>CARDOSO, Paulino de Jesus; RASCKE, Karla Leandro (Orgs.). Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.</p> <p>FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 1996.</p> <p>PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1994.</p> <p>Complementares:</p> <p>KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. (Orgs.). Infância: fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Encontros e encantamentos na educação infantil: Partilhando experiências de estágios. São Paulo: Papirus, 2004.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores: O papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. 2019.</p>
Alfabetização e Numeralização III	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Introdução a práticas pedagógicas de letramento, alfabetização e numeralização.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>GONTIJO, Claudia Maria Mendes. A escrita infantil. São Paulo: 2008.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.</p> <p>TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>Complementares:</p> <p>CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes. Matemática: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.</p> <p>LAGES, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação do Município de Lages, Conselho Municipal de Educação – CME. Diretrizes Curriculares do Sistema Municipal de Educação de Lages/SC – DCSMEL. Educação Infantil Ensino Fundamental. Conforme PARECER 261/2021 em 14/05/2021.</p> <p>SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. 2019.</p> <p>SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes 2008.</p> <p>SMOLKA, Ana Luiza. A dinâmica discursiva no ato de escrever: relações oralidade-escrita. In: SMOLKA, Ana Luiza B.; GOES, Maria Cecília Rafael de. A linguagem e o outro no espaço escolar. Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1993.</p>
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais I	

Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologia do ensino e da aprendizagem das Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza dos Anos Iniciais.
Referências	<p>Básicas: SANTOS, Emerson Izadoro dos. Ciências nos anos finais do ensino fundamental: Produção de atividades em uma perspectiva sócio- histórica. São Paulo: Anzol, 2012. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996. TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. Didática de matemática: Como dois e dois a construção de matemática. São Paulo: FTD,1997.</p> <p>Complementares: CEDES. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. O uso Pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na formação de professores. v. 29, n. 104 - Especial. São Paulo: Cortez, 2008. FREITAS, Eliano de Souza M. & FERREIRA Adriana Angélica. (Orgs). Meio ambiente em cena. Belo Horizonte: RHJ, 2012. MATTOS, Mauro Gomes de. NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola. 3. ed. Guarulhos: Phorte, 1999. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC. SED: UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.</p>
Práticas Pedagógicas da Educação Especial	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Diretrizes curriculares da Educação Especial na Educação Básica brasileira. Atendimento educacional especializado: salas multifuncionais e serviços. Fundamentos pedagógicos da Educação Especial na perspectiva histórico cultural. Mediações pedagógicas e especificidades dos sujeitos da educação. Inserções em campo na Educação Básica.
Referências	<p>Básicas: CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papirus, 2008. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2007. VIGOTSKI, L, S. Problemas de defectologia. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zois Preste e Elizabeth Tunes. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021</p> <p>Complementares: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel. A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. Educação especial: diálogo e pluralidade.2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. _____; JESUS, Denise Meyrelles de. Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2011.. JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004. RIBEIRO, Maria Luísa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2007. SKLIAR, Carlos. Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.</p>
Libras I	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da Língua de Sinais. Surdez e linguagem. Culturas e identidades surdas. Sinal e seus parâmetros. Noções gramaticais e vocabulário básico.
Referências	<p>Básicas: GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p>

	<p>LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2013.</p> <p>SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>Complementares: FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, A. C. B. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica I	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Pesquisa em educação. Pesquisa educacional no Brasil. Pesquisa no processo ensino aprendizagem. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	<p>Básicas: DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papirus. Campinas. 2012. SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>Complementares: KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. rev. São Paulo: Paralelo, 2000. SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019. TEIXEIRA, Z. C. (Org). Caderno para apresentação de trabalhos acadêmicos. Lages: Uniplac, 2005.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
7º Semestre	
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais II	
Carga horária	160 horas - 8 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologia do ensino e da aprendizagem das Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza dos Anos Iniciais.
Referências	<p>Básicas: BARBOSA, Ana Mãe. A imagem no ensino de arte: anos oitenta e novos tempos. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. GERALDI, João Vanderlei. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2004.</p> <p>Complementares: BAGNO, Marcos. Gramática, pra que te quero? Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Aymará, 2010. GOMES, Maria Lúcia de Castro. Metodologia do ensino de Língua Portuguesa. Curitiba: InterSaberes, 2015. NUNES, Carlos Alberto. Metodologia de ensino: geografia e história. Belo Horizonte: Lê,</p>

	1997. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina : formação integral na educação básica. SC: UNIVALI, 2014. _____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina : Educação infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação Docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis, COGEN, 1998.
Alfabetização e Numeralização IV	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de letramento, alfabetização e numeralização.
Referências	Básicas: GONTIJO, Claudia Maria Mendes. A escrita infantil . São Paulo: Cortez, 2008. SOARES, Magda. Letramento : um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1996. Complementares: CARVALHO, João Bosco Pitombeira Fernandes. Matemática : Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. LAGES, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação do Município de Lages, Conselho Municipal de Educação – CME. Diretrizes Curriculares do Sistema Municipal de Educação De Lages/SC – DCSMEL . Educação Infantil Ensino Fundamental. Conforme Parecer 261/2021 em 14/05/2021. SARMENTO, Manuel & GOUVEA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). Estudos da Infância : educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008. SMOLKA, Ana Luiza. A dinâmica discursiva no ato de escrever : relações oralidade-escritura. In: SMOLKA, Ana Luiza B.; GOES, Maria Cecília Rafael de. A linguagem e o outro no espaço escolar . Vygotsky e a construção do conhecimento. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1993. SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense . 2019.
Estágio Curricular Obrigatório IV	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Referências	Básicas: CARDOSO, Paulino de Jesus; RASCKE, Karla Leandro (Orgs.). Formação de professores : promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papyrus, 1996. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado . Campinas: Papyrus, 1994. Complementares: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel F. (Orgs.). Infância : fios e desafios da pesquisa. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2012. PINHO, Sheila Zambello de, (Org.). Formação de educadores : O papel do educador e sua formação. São Paulo: UNESP, 2009. SANTA CATARINA. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense . 2019. _____. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina : formação integral na educação básica. SC, SED:UNIVALI, 2014.
Libras II	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em contextos.
Referências	Básicas: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira : Libras. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

	<p>LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Complementares: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: artes e cultura, esportes e lazer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: comunicação, religião e eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. _____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: família e relações familiares e casa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte; TEMOTEO, Janice Gonçalves; MARTINS, Antonielle Cantarelli. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017 GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica II	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	A educação, a escola e a sala de aula como campo de pesquisa. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	<p>Básicas: ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014. DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>Complementares: BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019. COSTA, M. C. V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. DUBET, F. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez 2008. GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. _____. O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p>
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	De acordo com a recomendação do professor(a) da disciplina.
8º Semestre	
Andragogia	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Fundamentos da educação de jovens e adultos. Lugar sócio-político da educação de jovens e adultos. Educação de jovens e adultos na perspectiva da inclusão, autonomia e cidadania. Papel do educador na EJA e os “saberes” indispensáveis à sua prática.
Referências	<p>Básicas: FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 6. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003. MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004.</p> <p>Complementares: BORGES, Regina Maria Rabello. Interatividade e transdisciplinaridade na educação científica e tecnológica de jovens e adultos & Outros (Org.). Porto alegre: EDIPUCRS, 2013. CEDES. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. O uso Pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na formação</p>

	<p>de professores. v. 29, Especial. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.</p> <p>GADOTTI, Moacir. MOVA, por um Brasil alfabetizado. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.</p> <p>SOARES, Leôncio (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p>
Alfabetização e Numeralização na Educação de Jovens e Adultos - EJA	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Práticas pedagógicas de letramento, alfabetização e numeralização na educação de jovens, adultos e idosos.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.</p> <p>ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo, Cortez, 2014.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>Complementares:</p> <p>LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: 34, 2011.</p> <p>ROSSI, Maria Helena Wagner. Imagens que falam: leitura da arte na escola. Porto alegre: Mediação, 2009.</p> <p>SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>TFOUNI, Leda Verdiani. Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso. Campinas: Pontes. 1995.</p> <p>VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.</p>
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais III	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Fundamentos e metodologia do ensino e da aprendizagem das Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza na educação de jovens, adultos e idosos.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>FREIRE, P. O ato de ler em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MOURA, Tania Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.</p> <p>SABINSON, M. L. T. M. O que se ensina quando se ensina a ler e escrever? Ensina-se, mesmo, a ler e escrever? In: <i>Leitura: teoria e prática</i>, n. 38, Campinas: 2002.</p> <p>Complementares:</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017.</p> <p>MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez: Brasília: Unesco, 2000.</p> <p>SACRISTÁN, J. Gimeno. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014.</p> <p>_____. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. 2019.</p>
Estágio Curricular Obrigatório V	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na educação de jovens, adultos e idosos.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004.</p> <p>_____. A formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos em questão. Maceió: EDUFAL, 2005.</p> <p>_____. ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens</p>

	<p>e adultos. São Paulo, Cortez, 2014.</p> <p>Complementares: FALSARELLA, Ana Maria. Formação Continuada e Prática de Sala de Aula. Autores Associados. São Paulo, 2004. ROCHA, Raquel; GOIS, Solange. Práticas de alfabetização na educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. SAMPAIO, M. N.; ALMEIDA, R.S. (Orgs.). A formação de professores para a educação de jovens e adultos: dilemas atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. _____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciências e Tecnologia. Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005. SOUZA, Antônia de. Educação de jovens e adultos. Curitiba: Ibpx, 2010.</p>
Gestão de Processos Educacionais	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Referências	<p>Básicas: LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. LIBÁNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2017. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed., 5. reimp. Campinas: Papyrus, 2018.</p> <p>Complementares: HARDT, Lúcia Schneider et al. Coordenação pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015. KLAUS, Viviane. Gestão & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2015. PARO, Vitor Henrique. Diretor escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2018. ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros (org.). Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa. São Carlos: EdUFSCar, 2018. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED: UNIVALI, 2014.</p>
Pesquisa e Prática Pedagógica III	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	A formação específica como campo de pesquisa. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	<p>Básicas: BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005. CUNHA, Maria Izabel Da. O bom professor e sua prática. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2001. FREIRE, Paulo. Política e educação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>Complementares: FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES, N.; FREITAS, Luiz Carlos D; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Formação de professor: pensar e fazer. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. KRAMER, Sônia (Org.). Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004. THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: ULBRA, 2003.</p>

3.8 Conteúdos Curriculares

A articulação no Curso de Pedagogia da UNIPLAC entre ensino, pesquisa e extensão é o processo por meio do qual torna-se possível “dar vida” à instituição universitária, levando seu fazer mais próximo das urgências contemporâneas.

Articulado e organizado a partir de princípios isonômicos, o tripé da educação superior permite que o ensino seja realizado de maneira multilateral e horizontal; que a pesquisa se desenvolva com vistas às necessidades sociais e coerentes com princípios éticos; e que a extensão se construa de modo a coadunar saberes.

Tendo como escopo da formação do pedagogo, a licenciatura para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica. O curso de Pedagogia da UNIPLAC evidencia seus componentes curriculares de estágio e pesquisa e prática pedagógica como pivôs da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Compreendendo sempre o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas, os três componentes curriculares de estágio (Educação Infantil; Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos) devidamente fundamentados em metodologias coesas de análise da realidade educacional; conduzidos com base no diálogo entre diferentes gerações de profissionais da educação; orientados pelo reconhecimento da complementaridade entre teoria e prática, são capazes de projetar expectativas de pleno desenvolvimento ao pedagogo em formação.

Justifica-se a proposta apresentada tendo em vista a pertinência dos saberes relacionados à práticas educativas não formais, informais e extraescolares do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura como elementos fundamentais para a realização das atividades de extensão, sobretudo considerando que, historicamente segregados/subordinados/não reconhecidos, os conhecimentos tácitos de um fazer pedagógico não instituído, porém de grande efetividade social, devem integrar o repertório de conhecimentos agregados a formação integral do pedagogo.

Nessa perspectiva, a pesquisa passa a ser representada como prática ambivalente, a medida que organiza previamente as ações do pedagogo em formação diante das estruturas e cenários educacionais com os quais se depara e pretende conhecer; e também com espaço de sistematização dos conhecimentos, de modo que estes possam se estender amplamente e contribuir com a construção de práticas pedagógicas em seu sentido humano.

Contudo, pretende-se desenvolver um ensino que se pautar nos valores universalmente

reconhecidos, sem que se deixe de considerar suas configurações históricas, estas responsáveis pela consolidação de uma práxis educativa ainda muito aquém das expectativas contemporâneas.

Além disso, o Projeto Pedagógico contempla os conteúdos curriculares 05 (cinco) disciplinas institucionais, aprovadas a partir de novembro de 2017, pelo CONSUNI da UNIPLAC, de acordo com as Resoluções n. 291, de 21 de novembro de 2017, n. 292, de 27 de novembro de 2017, 342, de 20 de março de 2018, n. 347, de 30 de abril de 2018 e 355, de 19 de junho de 2018, estas oferecidas na modalidade a distância sendo 01(uma) a cada semestre, do primeiro ao quinto semestre, todas com 04 créditos, correspondente a 80 horas, como apresentado a seguir:

- I – Tecnologias da Informação e Comunicação;
- II – Cultura, Diferença e Cidadania;
- III – Língua Portuguesa;
- IV – Iniciação à Pesquisa Científica;
- V – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância.

3.8.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

A proposta curricular para o Curso de Pedagogia da Uniplac foi estruturada em regime regular presencial, cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando as diferentes áreas (disciplinas) através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolam o ambiente tradicional da sala de aula.

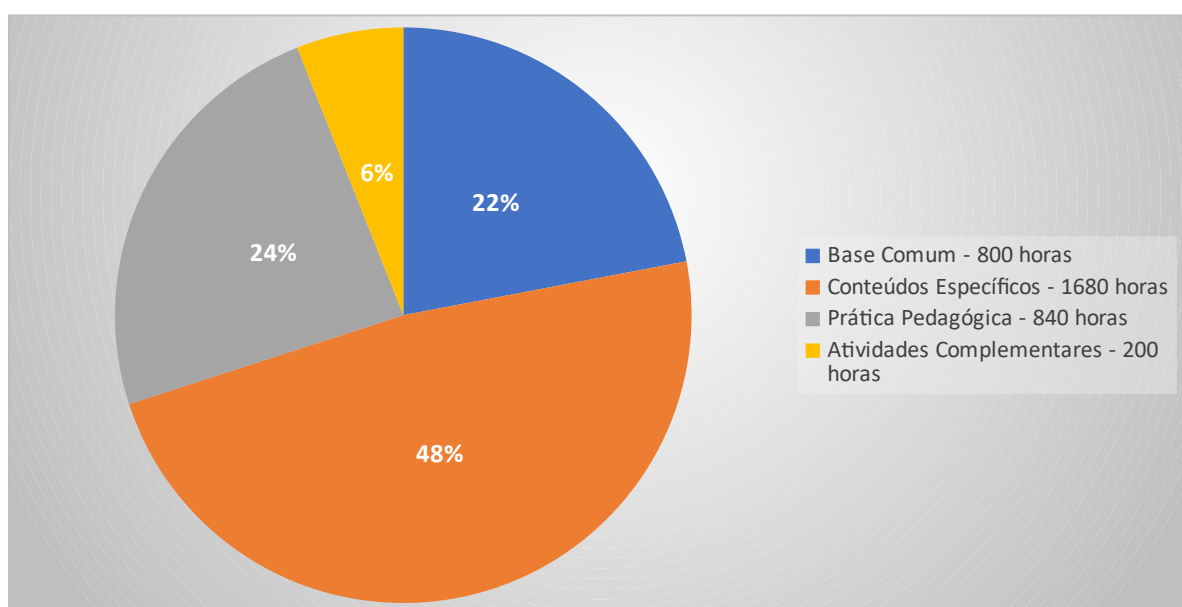
Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, são desenvolvidos a partir das ementas de cada uma das disciplinas e procuram aproximar de forma vertical e horizontal estabelecidas no PPC com os objetivos geral e específicos e dividem-se em I – Base Comum, II – Conteúdos Específicos, III – Prática Pedagógica.

O quadro abaixo representa as disciplinas que compõem cada um dos conteúdos:

	DISCIPLINAS	SEM	C/H	DISCIP. em %
I - Base Comum	Tecnologias da Informação e Comunicação	1º	80	14 disciplinas
	Cultura, Diferença e Cidadania	2º	80	
	Língua Portuguesa	3º	80	
	Iniciação à Pesquisa Científica	4º	80	
	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	5º	80	
	Libras I	6º	40	
	Libras II	7º	40	
	Profissão Docente	1º	40	
	Políticas Públicas da Educação Básica	2º	40	
	Psicologia da Educação	2º	40	
	Didática	5º	80	
	Currículos e Saberes	3º	40	
	Educação e Necessidades Especiais	4º	40	
	Gestão de Processos Educacionais	8º	40	
Total da Carga Horária			800	22%
II – Conteúdos Específicos	Filosofia da Educação	1º	80	23 disciplinas
	Sociologia da Educação	1º	80	
	História da Educação	1º	80	
	Antropologia da Educação	2º	40	
	Alfabetização e Letramento	2º	80	
	História da Educação Brasileira	2º	80	
	Tecnologia da Educação	3º	40	
	Alfabetização e Numeralização I	3º	80	
	Psicologia da Aprendizagem	3º	80	
	Literatura Infante juvenil	3º	40	
	Processos Socioculturais Formais e Não Formais	4º	40	
	Fundamentos da Didática	4º	40	
	Alfabetização e Numeralização II	4º	80	
	Projeto Pedagógico e Cotidiano na Educação Infantil	5º	40	
	Fundamentos da Educação Infantil e Direitos da Infância	5º	80	
	Alfabetização e Numeralização III	6º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais (Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza)	6º	80	
	Práticas Pedagógicas da Educação Especial	6º	80	
	Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais (Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza)	7º	160	
	Alfabetização e Numeralização IV	7º	80	
Andragogia	8º	80		
Alfabetização e Numeralização na Educação de Jovens e Adultos – EJA	8º	80		
Conhecimentos Curriculares dos Anos Iniciais (Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza)	8º	80		
Total da Carga Horária			1680	48%
III – Prática Pedagógica	Práticas Extensionistas	2º	40	14 disciplinas
	Práticas Extensionistas	3º	40	
	Práticas Extensionistas	4º	60	
	Práticas Extensionistas	5º	60	
	Práticas Extensionistas	6º	60	
	Práticas Extensionistas	7º	60	
	Estágio Curricular Obrigatório I	4º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório II	5º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório III	6º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório IV	7º	80	
	Estágio Curricular Obrigatório V	8º	80	
	Pesquisa e Prática Pedagógica I (+Práticas)	6º	40	

Extensionistas)		
Pesquisa e Prática Pedagógica II (+Práticas Extensionistas)	7º	40
Pesquisa e Prática Pedagógica III (+Práticas Extensionistas)	8º	40
Total da Carga Horária		840 24%
Subtotal da Carga Horária		3.320
Atividades Complementares		200 6%
Total Geral da Carga Horária		3.520 100%

3.8.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação



3.8.3 Requisitos Legais

3.8.3.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (Consuni) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da Uniplac.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da educação ambiental por meio da disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 5º semestre - 4 créditos - 80 horas.

A Uniplac, desde 2015, desenvolve o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação PPIEAG que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da Uniplac voltadas à educação ambiental. O Projeto é coordenado por uma professora do mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde – Interdisciplinar e pela Pró-Reitoria de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada com os coordenadores para que estes articulem e potencializem as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar. O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias de ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior.

Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteiraza. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental.

Outros projetos são desenvolvidos na universidade e envolvem estudantes de iniciação científica que se referem: Uso e ocupação do solo urbano; as praças públicas e qualidade de vida; Paisagem em Área de abrangência do Aquífero Guarani; Nós e os Cães: A água do futuro; compostagem de resíduos sólidos, entre outros.

A Cidade de Lages tem uma condição especial no que se refere ao Aquífero Guarani. É uma área de recarga e descarga do referido aquífero o que torna essa região muito vulnerável quanto a proteção e preservação destas águas subterrâneas.

Assim em 2008, foi consolidada a Rede Guarani Serra Geral para realizar pesquisa e extensão que contribuam com gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver políticas públicas de preservação dessa reserva hídrica subterrânea.

A Rede Guarani/Serra Geral surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do aquífero. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da Uniplac, somando-se a Unoesc, Ufsc, Udesc, Epagri, Funjab, Fapesc, Fapeu, Unochapecó e Furb. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA), A coordenação de REDE ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto. O projeto continua em andamento, sendo previstos recursos para continuidade do mesmo também em 2019.

Entre 2015 e 2017, foi realizada uma pesquisa em Rede com 8 Universidades: Uniplac, Univali, Udesc, Unisul, Unidavi, Unifebe, Unoesc e Unesc.

O projeto Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina, teve como objetivo geral contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa foi desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina. Como objetivos específicos, pretende averiguar o estágio do processo de ambientalização e sustentabilidade de cada IES; identificar indícios de ambientalização, a partir da análise dos documentos institucionais (PDI, PPI) e curriculares (PPC e planos de ensino das disciplinas de graduação nas IES); elaborar subsídios e propor estratégias, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às IES, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental dos campi universitários; fortalecer a parceria, integração e colaboração entre pesquisadores das IES participantes em torno da consolidação de Políticas de ambientalização e sustentabilidade no âmbito das IES participantes; criar uma rede temática de ambientalização e sustentabilidade vinculada à Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, para fortalecer a integração e colaboração com pesquisadores nacionais e da Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU), vinculada à Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sustentabilidad y el Ambiente (ARIUSA). A abordagem metodológica caracteriza-se pelo enfoque quanti-qualitativo com base na pesquisa-ação participante (Thiollent, 2008; Haguette, 2003) e o uso de técnicas de análise documental e de Análise de Conteúdo (Bardin, 2008; Franco, 2008).

Complementar à análise documental, foram aplicados questionários em formulário online, e realizadas entrevistas semiestruturadas (Szymanski, 2002). Os resultados serão utilizados para propor estratégias de ambientalização curricular nos cursos de graduação, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar Políticas de ambientalização e sustentabilidade nas IES.

A avaliação e socialização dos resultados deu-se por meio da realização de três workshops e um Seminário final. Também foi organizada uma publicação no formato de livro, e a produção de artigos para apresentação em eventos acadêmicos e publicação em periódicos nacionais. Como produtos deste projeto foi publicado um livro com parte dos resultados de cada uma das universidades participantes e também um Guia para contribuir com os coordenadores dos cursos de graduação das universidades participantes.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas institucionais. Foram aprovadas pelo Consuni e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos 5 disciplinas. Uma delas é a disciplina: Ambiente e desenvolvimento Sustentável com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Esta disciplina pretende contribuir para que todos os estudantes da universidade tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta.

Cabe ressaltar que a Uniplac tem forte compromisso com as questões ambientais, sendo que um dos Programas de Mestrado é em Ambiente e Saúde que articula as temáticas do cuidado do ambiente bem como promove eventos e executa projetos importantes como alguns acima citados.

3.8.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lei nº.

10.639/2003) a Uniplac constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Pedagogia prevê a integração da educação étnico-racial por meio das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica - 2º semestre – 2 créditos – 40 horas e Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos - 80 horas.

A Uniplac, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb) tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários seguimentos da universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09 de outubro de 2007, do Consuni e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

3.8.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a Uniplac emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O Curso de Pedagogia incluiu a temática por meio das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica - 2º semestre – 2 créditos – 40 horas e Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos - 80 horas.

3.8.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Uniplac há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom

lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29 de agosto de 2013, foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da Uniplac (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23 de abril de 2015. Em 29 de março de 2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do Consuni em 04 de abril de 2016, o Consuni aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da Resolução Consuni n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de Transtorno do Espectro Autista, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ao Decreto n. 8.368, de 02 de dezembro de 2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades, interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

A Universidade possui profissionais credenciados pela Uniplac para esta demanda, uma delas, é indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de

Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

3.9 Metodologia

A proposta curricular do Curso de Pedagogia está embasada nas Resoluções CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006 e CNE/CP 2, de 1 de julho de 2015, que instituem a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Conforme esse documento, a carga horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria prática garantida, nos termos dos seus Projetos Pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- 400 (quatrocentas) horas de Prática como Componente Curricular, vivenciadas ao longo do curso. As quatrocentas horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso constituem um espaço significativo para propiciar a articulação teoria e prática, dando ao educando a oportunidade de refletir os problemas mais imediatos e evidentes nas escolas de educação básica e outros espaços educativos.

- 400 (quatrocentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado, a partir do início da segunda metade do curso;

- 2.200 (duas mil e duzentas) horas de aula para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

- 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. As atividades definidas pela resolução como “outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais como componente curricular” garantem ao aluno a realização de um conjunto de atividades comprometidas com os objetivos do curso, com o perfil do profissional a ser formado e com os interesses e necessidades individuais dos alunos. Cabe ao licenciado integralizar 200 horas durante o período de realização do curso.

Para os acadêmicos que exerçam atividades docentes regulares na Educação Básica, pode acontecer a redução de carga horária do Estágio Curricular Obrigatório até o máximo de 200 (duzentas) horas. A carga horária obedece aos 200 (duzentos) dias letivos/ano, dispostos na LDB.

- Diversos autores que discutem a formação de professores, como Nóvoa (1991, 1992), Zeichner (1992, 1998), Pimenta (1999) Tardif (s.d, 2002), Veiga (2002) e outros, têm apontado a importância que se reveste o campo da docência e indicado a necessidade de se valorizar práticas formativas que contribuam para a construção de professores de profissão

que sejam autônomos e capazes de refletir criticamente sobre sua prática e a realidade social. A organização curricular do Curso de Pedagogia é disciplinar, com a perspectiva de eixo articulador a partir do 1º semestre, tendo o “mapa conceitual” como estratégia para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina.

A partir do 6º semestre a articulação acontece por meio do planejamento, acompanhamento da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica sustentando a Prática como Componente Curricular como fundamento e a pesquisa como princípio, no sentido de qualificar a formação de um profissional professor para a Educação Básica.

3.10 Estágio Curricular Obrigatório

A Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução CNE/CES 2, de 20 de dezembro de 2019 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, em seu Art. 7º salienta, “II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;”. Além disso, enfatiza que a carga horária mínima do estágio curricular obrigatório, deverá atingir 400 (quatrocentas) horas.

3.10.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia da UNIPLAC, possui **400 (quatrocentas) horas**, seguindo as DCNs, também segue o que determina a legislação de formação de professores, a partir da LDB, Lei 9.394/96, a Base Comum Curricular (BNCC), Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2017 e ainda atualizado conforme determinação institucional do Consuni, Resolução n. 232, de 08 de agosto de 2016.

O Estágio no que se refere à experiência de exercício profissional, e alinhados a essas legislações, se caracteriza por privilegiar propostas que possibilitem experiências nos diferentes níveis de ensino.

O processo de Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das

redes públicas (estadual e municipal) e particulares da microrregião e é realizado nas diferentes etapas de ensino da Educação Básica, incluindo a possibilidade de desenvolvê-lo na Educação Especial.

Para tanto, traz como objetivo desenvolver, junto aos acadêmicos/as estagiários/as, a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam o ensino na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para a prática pedagógica docente.

Além disso, o Estágio Curricular Obrigatório acontece em processo e está voltado para o desenvolvimento de atividades que privilegiam o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa maneira, propõe uma articulação efetiva entre a Universidade e as Secretarias de Educação Municipal e Estadual. Busca-se, assim, por meio do enfoque metodológico, superar a dimensão descontextualizada do trabalho docente.

O Estágio Curricular Obrigatório tem seu início no 4º semestre do curso e é concluído no 8º semestre, sendo realizado nos diferentes segmentos da área da educação formal e não formal, com a carga horária de 400 horas. Nesse sentido, obedece ao seguinte cronograma: formação da equipe a partir do quarto semestre; contato com a escola escolhida; observação da realidade; levantamento das referências; observação em sala de aula e planejamento do período de regência; período de regência efetiva; elaboração e apresentação dos Relatórios Parcial e Final devidamente fundamentados.

O Estágio Curricular Obrigatório contempla a inserção dos estudantes em todas as etapas da educação básica, sendo que se desenvolve da seguinte forma: no 4º semestre ocorre a Observação Participante em Ambientes Educacionais; no 5º semestre deve ser vista as dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil, com reflexão como fundamento das práticas pedagógicas, na docência e na mediação nos processos de ensinar e aprender, com intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio; no 6º e 7º semestres ocorre a intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento do projeto de estágio nessa etapa da educação básica e no 8º semestre é a intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Como é possível perceber, a proposta metodológica do estágio curricular é dinâmica, articulando ao longo dos cinco últimos semestres do curso a observação participante e a intervenção, possibilitando também a articulação com a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica.

Para se chegar a isso, conta com uma equipe de profissionais (Orientadores,

Supervisor e professor de Estágio) que buscam a compreensão da prática pedagógica numa dimensão relacional (teoria/prática) e contextualizada. A supervisão de estágio é realizada atualmente pela coordenação do Curso, em articulação direta com o professor da disciplina de Estágio e desenvolvem suas atividades referentes ao processo de Estágios ancorados em regulamento próprio, elaborado a partir das legislações pertinentes, tanto externas, quanto oriundas da própria UNIPLAC.

3.10.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica

Tem como objetivo geral, articular a formação acadêmica com o exercício profissional, por meio da efetiva participação dos/as acadêmicos (as) em situações reais de trabalho.

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio n. 1155/2024 A-1, de 08 de fevereiro de 2024, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da Uniplac, e também o Termo de Cooperação Técnica n. 2021TN0745, de 04 de agosto de 2021, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da Uniplac, com base na Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como nas Resoluções n. 18/200 e 2/2019, do CNE/CP, que estabelecem as diretrizes e regulamentam os Cursos de Pedagogia e de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, para a realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Formação de Professores nas Escolas de Educação Básica.

O referido convênio caracteriza o Estágio Supervisionado e define competências para a Secretaria de Estado da Educação, através da Coordenadoria Regional de Educação – CRE e para a Uniplac, instituição de ensino formadora dos novos profissionais da educação.

O estágio realizado no âmbito das Unidades Escolares conta com o acompanhamento sistemático e presencial do Coordenador do Curso e dos professores responsáveis pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório na IES; e, na CRE, pela Supervisão de Políticas e Planejamento Educacional; na Unidade Concedente de Estágio, pelo Responsável Pedagógico/Administrativo e pelo Professor Regente, habilitado na área de formação do acadêmico.

No final de cada etapa de estágio são promovidos seminários de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado, para disponibilizar em capacitações, proporcionando a integração da Uniplac com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Supervisionado, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela Uniplac.

O Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das redes estadual e

municipal da região da Serra Catarinense, limitando-se a Educação Infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, ou ainda em cursos de extensão nas comunidades, clubes de serviço, ou no espaço físico da universidade.

Dentre os objetivos, destaca-se o de desenvolver nos/as acadêmicos (as) estagiários a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam os campos de experiências e direitos de aprendizagem, com seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, nos componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, proporcionando-lhes habilidades necessárias para a sua prática pedagógica docente.

O Estágio acontece em processo e é realizado a partir da segunda metade do curso, iniciando-se, portanto, no 4º semestre.

Esse processo é desenvolvido em grupos de até quatro estagiários, o que possibilita maior integração e troca de experiências entre os mesmos. É acompanhado pelo Coordenador do Curso, pelos professores da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, pelo Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio e Professores Regentes das disciplinas onde se realizam os estágios.

Compreende as seguintes etapas:

I. no 4º (quarto) semestre cada acadêmico (a) deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), num total de 40hs/a (quarenta horas-aula).

Fazendo assim a observação participante em ambientes educacionais e escolherá o Orientador.

II. o 5º semestre compreende as dimensões da prática docente no cotidiano na Educação Infantil com reflexão como fundamento das práticas pedagógicas, na docência e a mediação nos processos de ensinar e aprender com intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio, com 40hs/a (quarenta horas-aula) de estágio;

III. no 6º e 7º semestres ocorre a intervenção na realidade educacional de estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento do projeto de estágio nessa etapa da educação básica, num total de 40hs/a (quarenta horas-aula) de estágio em cada semestre letivo.

IV. o 8º semestre é a intervenção na realidade educacional e desenvolvimento do projeto de estágio na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, num total de 40hs/a (quarenta horas-aula) de estágio.

A participação da Unidade Escolar no referido processo, ocorre através do acompanhamento efetivo da Equipe Gestora e dos Professores Regentes, sendo de fundamental importância para que os objetivos dessa prática sejam alcançados.

3.10.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.

O Estágio Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do/a acadêmico/a na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola-campo, onde os/as acadêmicos/as realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos/as acadêmicos (as) quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

O Estágio Supervisionado é o primeiro contato que o acadêmico-professor tem com seu futuro campo de atuação.

Assim, por meio da observação, da participação e da regência, o licenciado poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar, o futuro professor encarará a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos estudantes, dos professores e dos demais profissionais que compõem o quadro educativo.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Dessa forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

3.10.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório

O Estágio Curricular Não Obrigatório na Uniplac, constitui-se em atividade de formação profissional opcional, contemplando o que preconiza a legislação vigente, podendo ser acrescido à carga horária regular obrigatória, como atividade complementar, não sendo requisito para a obtenção de diploma, mas devendo estar vinculado ao currículo, atendendo às especificidades de cada área de atuação do curso.

É realizado por escolha do aluno, obedecendo à Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Regimento Geral da Uniplac e Resolução n. 231, de 08 de agosto de 2016, que dispõem a carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas.

Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008.

De acordo com o art. 2º da referida Lei, “o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

- § 1º Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

- § 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

3.11 Atividades Complementares

São atividades de cunho educativo teórico prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são escolhidas pelo próprio acadêmico.

São consideradas complementares as atividades que possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, monitorias, estágios curriculares

não-obrigatórios, eventos científicos e culturais.

A carga horária prevista de Atividades Complementares no Curso de Pedagogia é de 200 (duzentas) horas. As normas pertinentes às formas de execução, controle e registro estão previstas em regulamento próprio

Segue o quadro de Atividades Complementares do Curso de Pedagogia:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	% de horas das atividades	Horas
– Disciplinas afins em outros cursos	10%	20
ATIVIDADES DE PESQUISA		
– Projetos e programas de iniciação científica	20%	30
TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS		
– Em periódicos na área da educação	20%	40
– Em periódicos de qualquer natureza	10%	20
ATIVIDADES DE EXTENSÃO		
– Cursos como ministrante e/ou organização de eventos culturais	20%	30
– Cursos como ouvinte	10%	20
– Participação em eventos na área da educação relacionada à habilitação do curso (seminários, simpósios, conferências, congressos, cursos para formação profissional, etc.)	30%	50
– Estágio curricular não-obrigatório	20%	30
– Trabalho voluntário em atividades programadas pela UNIPLAC	10%	20
– Representação estudantil (Colegiado de Curso / CA / DCE)	10%	20
– Outras atividades não descritas neste anexo.	Deverão ser analisados e emitidos pareceres pelo NDE, Colegiado do Curso de Pedagogia e/ou coordenação do mesmo.	

3.12 Apoio ao Discente

O atendimento e o apoio ao estudante são prioridades do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os estudantes nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus estudantes para a participação maior possível

em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao estudante acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão, participam de encontros com os estudantes.

Para atualizar os/as acadêmicos/as, no que tange as questões acadêmicas, o site da Uniplac disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de monitorias, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o/a acadêmico/a oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa e também por meio dos registros acadêmicos.

A instituição dispõe, ainda, de setores fundamentais no atendimento e no apoio aos estudantes. Entre eles, mas não limitados a estes, tem-se a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do/a acadêmico/a, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, o serviço de atendimento ao acadêmico oferecido pelo Apoio Comunitário por meio de um núcleo de relacionamento que orienta, encaminha, esclarece as dúvidas dos programas de bolsas de estudos, dos projetos de extensão, da pesquisa, do serviço voluntário, do estágio curricular não obrigatório entre outras atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e a extensão.

Como suporte do atendimento ao acadêmico apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (Seape).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas.

Há, ainda, o atendimento educacional especializado para os acadêmicos que necessitam de atendimentos específicos, sejam pedagógicos, psicopedagógico, psicológicos e demais ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental.

A instituição mantém ativa a política de nivelamento, para os acadêmicos que desejam aprimorar os conhecimentos na Língua Portuguesa e na Matemática básica, sendo disponibilizados professores para os atendimentos às respectivas áreas, atendidos pelo Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

A política de internacionalização se efetiva por meio de um setor específico que viabiliza intercâmbios nacionais e internacionais, mobilidade acadêmica, manutenção de convênios e novos acordos internacionais.

A IES conta com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) que auxilia na composição e organização dos Centros Acadêmicos (CAs) como meio de integração e representação estudantil. O DCE indica a representação estudantil nas Câmaras e no Conselho Universitário (Consuni).

O atendimento aos acadêmicos da EaD, além de gozarem de todas as prerrogativas dos acadêmicos dos cursos presenciais, contam com o apoio de professor-tutor, que realiza todo o acompanhamento, seja através do AVA, ou presencialmente, através de agendamento, quando o acadêmico sentir necessidade. Os atendimentos presenciais são realizados no setor de EaD, no qual o acadêmico conta com um laboratório de informática, recebendo orientação do professor-tutor, caso seja necessário.

Com base no exposto evidencia-se que no âmbito do curso há diferentes setores com estratégias e ações que garantem práticas comprovadamente exitosas e/ou inovadoras.

O quadro a seguir apresenta os diversos setores e responsabilidades de apoio aos acadêmicos:

Função	Responsabilidade
PROENS	Gestão geral de Ensino
SEAPE e PAAP	Apoio Pedagógico
Secretaria Acadêmica	Registro Acadêmico
Central de Atendimento	Processos de matrícula e solicitações gerais dos acadêmicos
Núcleo de Relacionamentos	Acolhimento, bolsas, estágios não obrigatórios, atividades de extensão e serviço voluntário
EaD	Disciplinas e cursos nas modalidades EaD
PROPEPG	Apoio à Pesquisa
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Orientação e análise de pesquisas com seres humanos
Biblioteca	Suporte e acesso às bibliografias
NIU	Suporte de TI
Ouvidoria	Atendimentos a sugestões, melhorias e reclamações
Internacionalização	Encaminhamentos para contatos e Convênios no âmbito da internaciona-

	lização
Coordenação de Curso	Apoio Geral ao Acadêmico
Setor de Meios	Apoio Logístico
Avaliação Institucional/CPA	Processos de Avaliação Institucional e ações de melhorias
DCE e CAs	Representação Estudantil

3.12.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o acadêmico da Uniplac surge na perspectiva de promover o bem-estar do acadêmico desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses acadêmicos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

O PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes, bem como, realiza oficinas de Língua Portuguesa, Matemática, conhecimentos gerais e específicos, que contribuam para a formação dos acadêmicos dos cursos de graduação.

Considerando o ingresso de acadêmicos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, são garantidos a acolhida e o acompanhamento, com a Comissão Institucional de Acessibilidade, possibilitando-lhes o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Os serviços de apoio também se efetivam com acesso em Libras, em sala de aula com o acadêmico surdo e à comunidade acadêmica por meio de cursos de extensão e ainda aos acadêmicos cegos ou baixa visão, com atividades, textos, exercícios, avaliações em braile e audiodescrição e acessibilidade de infraestrutura.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em acadêmicos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicolo-

gia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, são abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos acadêmicos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a Uniplac vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atua efetivamente com o acadêmico no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

Considerando a relevância e as diferentes ações realizadas pelo programa, a IES garante um trabalho de excelência na educação dos acadêmicos, desde o ingresso até a formação profissional para o mercado de trabalho, com estratégias inovadoras e exitosas.

3.12.2 Acessibilidade ao acadêmico com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Transtornos de Conduta e Altas Habilidades/Superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/2000 e 10.098/2000, do Decreto n. 5.296/2004, Decreto n. 7.611/2011 e da Portaria n. 3.284/2003, a Uniplac dispõe em seu Requerimento de Matrícula, um campo próprio denominado “Autodeclaração de Deficiência”, em que o discente declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, dentre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A IES conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na Uniplac.

3.13 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

O Programa de Avaliação Institucional da Uniplac tem como referência legal a regulamentação do Sinaes, os princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Os procedimentos metodológicos adotados são vinculados aos princípios, valores e diretrizes descritas neste documento. A IES adota a metodologia dialética de pesquisa tendo o princípio da participação como norte e vários recursos metodológicos para de forma combinada buscando atingir todos os segmentos que fazem parte da comunidade interna e externa que de alguma forma interagem com a universidade. Atua com metodologias quantitativas e qualitativas de forma que se complementem. As Avaliações Internas e Externas são realizadas de forma que seja possível entrelaçar os dados com plena liberdade de expressão, com o compromisso da manutenção dos princípios éticos e comprometidos com a qualidade social. O envolvimento dos diversos atores, discentes, docentes, técnicos e comunidade externa são fundamentais neste processo avaliativo.

3.13.1 Autoavaliação da Uniplac

O processo de Autoavaliação é contínuo, busca-se obter a mais ampla participação de todos os sujeitos da comunidade interna, egressos e representantes de setores sociais envolvidos com a Instituição.

Esta abordagem faz uso dos principais métodos da pesquisa participante de forma que os sujeitos envolvidos na Avaliação, comunidade acadêmica (professores, acadêmicos, técnicos e dirigentes) e a própria comunidade externa tenham a compreensão dos indicadores dos 05 (cinco) eixos do Sinaes – e dos processos de como levantar estes indicadores.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi estabelecida para a autoavaliação da instituição de ensino superior (IES), conforme exigido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA coordena os processos internos de avaliação e fornece informações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsabilizando-se legalmente por sua veracidade. O Setor de Avaliação Institucional, com o apoio da CPA, convoca regularmente a comissão para analisar os processos desenvolvidos. A CPA acompanha o trabalho do setor, encaminhando os resultados das avaliações aos órgãos acadêmicos pertinentes para contribuir com a melhoria das ações acadêmicas e administrativas. A divulgação das avaliações e ações é feita através do

site da IES, além de participar das capacitações semestrais de professores e coordenadores. Em parceria com a CPA, o setor oferece oficinas sobre conceitos de avaliação e prepara os acadêmicos para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A CPA discute e apoia ações derivadas das autoavaliações, fornecendo suporte em avaliações externas e garantindo que os resultados das avaliações internas sejam ferramentas eficazes de gestão, visando à excelência no ensino, pesquisa e extensão na IES.

O Programa de Avaliação Institucional da Uniplac emprega instrumentos de coleta de dados online ou manualmente, direcionados a acadêmicos, professores, funcionários, egressos, fornecedores e membros da comunidade. Utiliza amostragem significativa (mínimo de 20% dos participantes) e garante sigilo e anonimato. A coleta de dados qualitativos e quantitativos segue princípios democráticos e participativos, utilizando dados primários e secundários. Os dados primários são coletados através de instrumentos desenvolvidos pelo Setor de Avaliação Institucional, discutidos com os envolvidos e adaptados às peculiaridades de cada área.

O Programa de Avaliação Institucional adota algumas estratégias para o seu desenvolvimento, são elas:

a. Sensibilização: Esta estratégia envolve primeiramente a comunidade interna, e em segundo momento a comunidade externa, realizada durante o ano letivo, com mais intensidade nos meses específicos para a realização da coleta de dados. Ocorre pelos meios eletrônicos, tanto em nível pedagógico quanto administrativo, sendo responsável por esta sensibilização, o setor de Avaliação Institucional, tanto quanto os coordenadores de cursos e seus colegiados, bem como os demais gestores acadêmicos.

b. Desenvolvimento: com a aprovação da reedição deste projeto pela CPA e Conselho Universitário, o Setor de desenvolve-o a partir das seguintes atividades:

- Reunião sistemática com os coordenadores de cursos, colegiados, representantes estudantis e setores administrativos para debater ideias e sugestões para elaboração de instrumentos e formas de coletas dos dados;

- Aplicação, tabulação, sistematização e análise dos dados coletados;

- Apreciação, análise e validação dos relatórios pela CPA, atendendo os princípios da Avaliação Institucional;

- Execução das atividades do cronograma definidos neste projeto seguindo a metodologia de trabalho;

- Definição do formato e elaboração de relatórios parciais e finais dos colegiados de cursos, setores e serviços avaliados;

- Readequação dos instrumentos de coletas de dados, sempre que necessário, para atender as necessidades e demandas dos colegiados, setores pedagógicos e administrativos.

- Definição das condições estruturais, recursos físicos e humanos para a realização dos trabalhos.

c. Formas de divulgação dos resultados: Após a elaboração e aprovação dos Relatórios de Autoavaliação, os mesmos serão encaminhados aos respectivos colegiados e setores administrativos. Usando reuniões setoriais para a análise e interpretação dos dados; sugestões e en-

caminhamentos para a superação das fragilidades. O Relatório geral de Autoavaliação é disponibilizado, na *homepage* institucional e murais físicos, para acesso de toda a comunidade, interna e externa.

d. Formas de utilização dos resultados das avaliações: A CPA junto com a Avaliação Institucional organiza o Relatório final de Autoavaliação de acordo com as orientações e recomendações do Sinaes, bem como, seguindo o roteiro de elaboração do relatório de Autoavaliação descrito neste documento. O Relatório de Autoavaliação é utilizado para:

- Reconhecimento e renovação dos cursos de graduação;
- Recredenciamento da Universidade;
- Realizar um balanço crítico das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, para subsidiar as tomadas de decisões.
- Encaminhar à instância superior de educação periodicamente.
- Prestar contas à sociedade das atividades realizadas pela Uniplac.

O sistema utilizado para a tabulação de dados já apresenta os conceitos por categorias, que juntos, formulam o conceito final. Busca-se análises dialéticas para avaliar atitudes e valores nas questões de cunho qualitativo. Os resultados da aplicação de instrumentos avaliativos permitem uma análise probabilística de distribuição de frequência, com caracterização de classes de desempenho variáveis que irão de “A” (excelente) até “E” (péssimo). Estas variáveis se alinham também nos conceitos da Avaliação Externa que vai de um (1) (insuficiente) a cinco (5) (excelente). Como encaminhamento final, antes de serem enviados aos gestores responsáveis para providências, todos os processos passam obrigatoriamente pela CPA para que sejam analisados e validados.

A análise dos dados tabulados segue as categorias e indicadores utilizados no processo de Avaliação Institucional, segundo os instrumentos utilizados para avaliação do docente pelo discente; autoavaliação docente; autoavaliação da coordenação; avaliação do coordenador pelo discente e docente; avaliação da turma pelos docentes, avaliação dos setores administrativos e pedagógicos pelos docentes, discentes e técnico-administrativos; avaliação dos laboratórios, biblioteca e demais estruturas físicas. A referida avaliação faz uso de categorias de análise, definidas pelo setor de Avaliação, com a aprovação da CPA, as quais levam em conta os princípios defendidos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, em suas dez dimensões, bem como o conhecimento acumulado em relação à Metodologia empregada pelo setor de Avaliação Institucio-

nal e o referencial teórico em que a construção do mesmo foi sendo elaborada. A análise segue a escala definida pelo Sinaes, que é a seguinte:

- a) 5 - 100% de evidência - evidência completa.
- b) 4 - 75% de evidência.
- c) 3 - 50% de evidência - evidência parcial.
- d) 2 - 25% de evidência.
- e) 1 - 0% de evidência - sem evidência.
- f) NA - não se aplica.

Dentre os instrumentos de Avaliação Institucional aplicados, destacam-se:

- Avaliação do Docente/Tutor (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica) pelo Discente;
- Avaliação da Tutoria Pedagógica pelo Setor EaD;
- Autoavaliação do Docente/Tutor (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- Avaliação do (a) Coordenador (a) pelos Discentes;
- Avaliação do (a) Coordenador (a) pelos Docentes/Tutores (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- Avaliação dos Discentes pelos Docentes/Tutores (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- Avaliação do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- Avaliação do Material Didático (Design Instrucional);
- Avaliação da Biblioteca Universitária;
- Avaliação dos Laboratórios;
- Avaliação dos Setores Administrativos e Pedagógicos.

3.13.2 Diretrizes e Função da Avaliação Institucional da Uniplac

- Manter um estreito relacionamento do PDI/PPI com o PPC, primando pelo levantamento de dados e informações importantes para o desenvolvimento dos mesmos;
- Priorizar os colegiados de cursos como célula irradiadora e deflagradora das atividades que possuem vínculo com a avaliação, tanto no ensino de graduação e pós-graduação, quanto na pesquisa e na extensão;
- Ter como pressuposto metodológico a participação dos colegiados de cursos e setores, no processo de avaliação, desde seu desencadeamento até a análise dos resultados e devolução dos resultados;

- Proporcionar a continuidade do processo, através de avaliações semestrais e/ou anuais, subsequentes, tendo em vista o princípio da globalidade;
- Integrar as avaliações formais e informais realizadas por outros segmentos e/ou setores da Uniplac, assim como, as de órgãos externos, especificamente as promovidas pelo MEC;
- Autorregulação com o objetivo de conhecer sua própria realidade e dar amparo as práticas e os atos regulatórios internos que forem considerados necessários para cumprir com mais qualidade e pertinência os objetivos e missão institucional;
- Identificação de problemas e deficiências reais, aumentando a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornando a universidade mais efetiva e vinculada o seu entorno social;
- Prestar contas à sociedade, justificando a sua existência e fornecendo informações que sejam necessárias ao conhecimento da população.

3.13.3 Gestão do Curso em Relação aos Processos de Avaliação

A gestão do Curso de Pedagogia é realizada com base nos resultados das avaliações externas e internas da IES. Em cumprimento a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, o Setor foi regulamentado pela Resolução nº 051, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da Universidade, dos cursos de graduação e sequenciais, de pós-graduação “lato e stricto sensu”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996.

Com base nos insumos das avaliações, exemplificamos as principais ações realizadas no plano de gestão em consonância com a CPA:

- e. Construção dos relatórios e apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na página da CPA e Uniplac, Relatórios enviados às Coordenações e selo da CPA;
- f. Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas e do Enade, na página da CPA (<http://www.uniplaclages.edu.br>;

- g. Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso e da IES;
- h. Oficinas com aulas de Interpretação de Texto, Matemática e Atualidades;
- i. Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso e da IES;
- j. Implementação das ações solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- k. Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso e da IES;
- l. Articulação do Projeto de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico para os acadêmicos em virtude das observações e acompanhamentos;
- m. Visitas às salas de aula para conscientizar os acadêmicos sobre a importância da sua participação na Avaliação Interna, o que é a CPA e o setor de Avaliação Institucional;
- n. Participação na consolidação e capacitação da comunidade acadêmica do novo processo de avaliação de aprendizagem.

O processo avaliativo da Uniplac segue o preconizado pelo Sinaes, adotando instrumentos, procedimentos e orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Assim, trabalha com o entendimento de que “Conceito Preliminar de Curso – CPC” é um indicador de qualidade que pretende instruir o processo de Reconhecimento ou de Renovação de Reconhecimento do Curso. Os indicadores de qualidade definem os conceitos dos cursos demonstrando se a consolidação do processo avaliativo atende ou não aos critérios de qualidade esperados pelo órgão regulador Inep, atendendo a esses critérios, os cursos são reconhecidos ou renovados até o próximo ciclo avaliativo.

3.13.4 Ações do Curso em Relação ao Enade

A Coordenação do Curso de Pedagogia em parceria com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Pró-Reitoria de Ensino (Proens) da Uniplac desempenha um papel estratégico na preparação dos estudantes para a prova operatória do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

O objetivo principal dessas iniciativas conjuntas é conscientizar os acadêmicos sobre a

relevância do ENADE não apenas como uma avaliação individual, mas também como um indicador da qualidade do ensino oferecido pela instituição. Ao destacar a importância da preparação contínua para o exame buscamos não apenas garantir o bom desempenho dos acadêmicos, mas também promover uma cultura de excelência acadêmica e comprometimento com a qualidade do ensino superior.

Trabalhando em conjunto promovemos ações direcionadas para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da preparação contínua para o ENADE, sendo:

- a) Avaliação do resultado do ENADE: com base nos dados estatísticos do último Enade, a gestão do curso realizará estudos, junto ao NDE e Colegiado, para identificar oportunidades de melhoria no desenvolvimento dos conhecimentos específicos das disciplinas, para articulação metodológica no âmbito na diversidade de práticas para o ensino e aprendizagem do acadêmico.
- b) Devolutivas das Avaliações: trabalho individual com os colegiados para conscientização dos professores e reforço das definições de prazos e normas estipuladas pela Uniplac;
- c) Modelo de Avaliação: a Uniplac desenvolveu um projeto com oficinas de elaboração de provas operatórias no intuito de aprimorar a metodologia de avaliação que os professores vêm desenvolvendo até o momento. Este modelo possibilita, também, aproximar os acadêmicos da metodologia do Enade;
- d) Projeto de Nivelamento: Apoio para sanar as dificuldades relacionadas à leitura e escrita – a Uniplac possui atualmente um Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) do acadêmico que contribui para a ampliação dos conhecimentos em leitura, escrita, interpretação de textos, lógica matemática e atualidades;
- e) Cumprimentos das normas e prazos – foi desenvolvido um Manual do professor para facilitar e qualificar as ações de todo o corpo docente;
- f) Capacitação semestral do corpo docente sobre didática e avaliação;

Desde a oferta de palestras e workshops até a disponibilização de materiais de estudo e a promoção de atividades práticas, essas estratégias são fundamentais para auxiliar os acadêmicos a desenvolverem as competências necessárias para o ENADE. Este esforço conjunto

não só visa garantir o bom desempenho dos estudantes no exame, mas também promover uma cultura de excelência acadêmica e comprometimento com a qualidade do ensino superior.

Além disso, é importante ressaltar que todas essas ações envolvem não apenas os acadêmicos, mas toda a comunidade acadêmica. A participação e a apropriação dos resultados das avaliações fortalecem ainda mais o compromisso de todos com o aprimoramento contínuo da instituição.

Destaca-se também que a avaliação institucional, coordenada pela CPA, ocorre semestralmente em todos os cursos da instituição de ensino superior (IES), e progressivamente os índices de desempenho são aprimorados. Esse processo reflexivo e contínuo é essencial para garantir uma educação de qualidade e alinhar as práticas acadêmicas com as necessidades e demandas do mercado e da sociedade em geral.

3.13.5 Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes é referendada em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia a participação dos acadêmicos em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos acadêmicos, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

3.14 Atividades de Tutoria

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao acadêmico, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto

por dois papéis:

a) **Professor-tutor:** tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os acadêmicos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao acadêmico, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A devolutiva aos acadêmicos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

b) **Técnico:** esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, *designer* instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos acadêmicos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o *designer* instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos acadêmicos e da disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao acadêmico, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes, participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

3.15 Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente, essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

3.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

A Uniplac propõe um modelo denominado “Uniplac em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta de cursos na modalidade EaD. São eles:

- (a) Sistema Didático;
- (b) Sistema de Comunicação;
- (c) Sistema Tutorial e
- (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e acadêmico, acadêmico e acadêmico, acadêmico o e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos acadêmicos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade, nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do *Google for Education*, des-

de 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o acadêmico e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e acadêmico, acadêmico e acadêmico, acadêmico e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

3.18 Material Didático

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do acadêmico. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do acadêmico, sendo composto pelo manual de orientação do acadêmico, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades *on-line* e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos acadêmicos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância,

passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de *Design Instrucional* (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do acadêmico, atividades *on-line* e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a partir de orientações repassadas pela equipe de *Design Instrucional* (DI), que serve de guia para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;
- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores autores;
- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação Uniplac;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina

de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas *on-line* e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

Esse modelo de design instrucional é cíclico, pois, após a instrução ter sido testada e avaliada, ela será utilizada para a retroalimentação do modelo, de forma a permitir a sua evolução contínua (Filtró, 2008).

O material didático é produzido e/ou organizado pelos próprios docentes da Uniplac, podendo abranger os mais variados tipos de objetos de aprendizagem, como, por exemplo, textos instrucionais, artigos, vídeos aula, apostilas virtuais, indicação de documentários, etc. A forma de distribuição desses materiais didáticos ocorre de modo digital, no Ambiente Virtual de Aprendizagem de cada uma das disciplinas oferecidas.

3.19 Encontros Presenciais

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o acadêmico não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados a desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

3.20 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem está normatizado no Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012, artigo 122, como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do acadêmico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” e também de acordo com a Resolução Consuni n. 207, de 20 de janeiro de 2016 que estabeleceu uma nova metodologia de avaliação, e segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

No Curso de Pedagogia a avaliação visa o desenvolvimento de um processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, caracterizados pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso. Especificamente quanto aos procedimentos de avaliação, tem-se que, além dos exigidos institucionalmente, são diversos, dependendo da disciplina ministrada, atendendo os objetivos propostos no plano de ensino. Dentre os instrumentos de avaliação comumente empregados, destacam-se os seguintes: avaliações escritas, avaliações orais, simulados com questões operatórias, exercícios práticos, trabalhos em grupo, trabalhos individuais, resolução de problemas, elaboração de planos de aula, simulação de micro aulas, debates em sala de aula, estudos de texto, ensaios, estudos dirigidos, uso de ambiente virtual, apresentação de seminários, entre outras ações.

Em relação à avaliação integrativa estas são elaboradas no formato do Seminário Interdisciplinar do curso, com a proposição de questões práticas criadas de acordo com as informações do perfil do egresso do Curso de Pedagogia. Essa modalidade de avaliação propicia a elaboração de projetos em grupo para a resolução de problemas apresentados. Para tanto, é necessário integrar os conhecimentos, competências e habilidades trabalhados nas disciplinas do semestre em curso. As atividades são acompanhadas por um professor-orientador e, posteriormente, defendidas pelos grupos perante uma banca composta pelos professores do curso, contando com a participação de todas as turmas do curso.

A atribuição de conceitos se dará por números em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), e ao final do semestre será considerado aprovado quem obtiver no somatório das avaliações,

nota mínima igual a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária.

Ao longo das práticas avaliativas, a frequência e o desempenho dos Acadêmicos devem ser levados em consideração na perspectiva processual, sendo que a avaliação final será resultante da nota atribuída pelo professor da disciplina. Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver conceito numérico igual ou superior a 7,0 pontos, bem como frequência igual ou superior a 75%.

Exige-se, conforme regulamentação da Universidade que cada professor realize no mínimo duas avaliações, com duas avaliações de recuperação. Como também, obrigatoriamente, a cada semestre os estudantes submetem-se a uma “Avaliação Integrativa”, oportunidade em que se exercita a avaliação a partir da integração de conteúdos de disciplinas nas quais o estudante esteja matriculado, oportunidade em que poderá expressar sua autonomia diante de sua concepção de realidade.

No Curso de Pedagogia os procedimentos de avaliação são considerados como etapa importante no processo ensino-aprendizagem entendendo que o ensino, não é mera transmissão de informações, mas a transformação do cidadão, e a aprendizagem, a construção e reconstrução do conhecimento e dos valores, permitindo ao acadêmico total autonomia na busca pelo conhecimento. Cada professor responsável pela unidade curricular define, no início do semestre, o tipo de avaliação que será aplicado no decorrer das atividades, sejam elas teóricas ou práticas, bem como os instrumentos (provas, seminários, exercícios, relatórios, projetos ou outros) a serem utilizados para tal fim, respeitando as especificações de cada área e a avaliação de aprendizagem deve seguir as determinações da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016.

Quanto à avaliação interna, a gestão do curso de Pedagogia utiliza-se dos dados da avaliação institucional e das avaliações externas como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso e do plano de ação do coordenador. Nesse processo, evidencia-se a apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e a existência de um processo de autoavaliação periódica do curso.

3.21 Número de Vagas

A Uniplac localiza-se em Lages, município com maior extensão territorial de Santa Catarina. É reconhecida como uma instituição de ensino superior de excelência na região serrana do estado, com o oferecimento de uma ampla variedade de cursos, com destaque para os cursos de licenciatura, sendo que especificamente o Curso de Pedagogia foi estabelecido

desde a década de 70. Assim, evidencia-se como um dos mais antigos cursos de Pedagogia do estado e o único da região que vem formando desde então, na modalidade presencial, profissionais comprometidos e competentes para atuarem na educação, sendo que grande parte dos atuais docentes são egressos do próprio curso.

Lages conta atualmente com 33 unidades escolares do ensino fundamental na rede pública municipal e 24 escolas na rede estadual, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação de Lages (SMEL) e da Coordenadoria Regional de Educação de Lages (CRE). Além disso, desempenha um protagonismo de grande influência para os municípios circundantes da região da serra catarinense. Mais especificamente, como polo regional da Amures (Associação dos Municípios da Região Serrana), entidade composta por 18 municípios, a Uniplac desempenha um papel fundamental na formação de professores para atuar nas 54 escolas estaduais da área.

Dessa forma, os egressos do curso de Pedagogia contribuem para o desenvolvimento regional, especialmente na formação de acadêmicos proficientes e na formação continuada de professores.

Nesse contexto, concebe-se o Curso de Pedagogia da Uniplac de modo a atender as necessidades da Educação no momento atual, tendo em vista as alterações recentes na política curricular nacional a partir de documentos como a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base do Território Catarinense.

Além dessa demanda proveniente da educação pública municipal e estadual, também há diversas possibilidades de atuação para os profissionais com formação na rede privada da cidade de Lages e de toda a região.

Nessa perspectiva, o Curso de Pedagogia da Uniplac oferece 40 vagas anualmente, disponibilizadas aos interessados. A alta demanda por este curso reflete sua reputação de qualidade no ensino oferecido. O corpo docente, altamente dedicado e participativo, desempenha um papel fundamental no aprimoramento contínuo do curso, tanto no aspecto do ensino-aprendizagem quanto na melhoria da infraestrutura disponível.

Cabe ressaltar que esse número de vagas é suficiente para atender a demanda atual pelo curso e é condizente com a estrutura das salas de aula, laboratórios, acervo de livros da biblioteca e número de docentes disponibilizados pela instituição.

3.22 Integração com as Redes Públicas de Ensino

São várias as formas por meio das quais a Uniplac promove a sua integração com as escolas de educação básica públicas municipais e estaduais situadas na sua região de abrangência. Diversas ações são realizadas, dentre elas, destacamos o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa Residência Pedagógica (PRP), o Programa de Desenvolvimento Regional (Proesde Licenciatura), Universidade Gratuita (UG), as atividades de estágio e práticas extensionistas, além da parceria na realização de eventos.

Tudo isso é possível por meio dos convênios celebrados pela Uniplac com a Secretaria de Estado da Educação (SED), especialmente por meio da Coordenadoria Regional de Educação de Lages e da Coordenadoria Regional de Educação de São Joaquim, e com a Secretaria Municipal da Educação de Lages (SMEL). Esses termos de convênio possibilitam a cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria de Estado da Educação e também com a Secretaria Municipal de Educação.

3.22.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da Uniplac estão na forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;

- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.

Este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2028, por meio da sua Missão que é “Promover conhecimento, inovação e formação cidadã na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, para o mundo do trabalho e para uma sociedade justa e democrática.”

Até finais da década de sessenta do século XX, a Uniplac era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH. Com o Pibid, a Uniplac objetiva inserir os acadêmicos bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a Uniplac, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os acadêmicos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se

refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o Ideb.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela a Educação, a missão da Uniplac, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus acadêmicos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os acadêmicos bolsistas em escolas com diferentes índices do Ideb, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes acadêmicos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo é proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo Coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os acadêmicos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, Pibid e a missão da Uniplac.

3.22.2 Residência Pedagógica (PRP)

Esse programa procura desencadear ações que possibilitem aos acadêmicos o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação. A iniciação à docência, por meio do PRP, viabiliza a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no

momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A relação entre o processo de formação e as práticas alfabetizadoras vivenciadas no cotidiano das salas de aulas nas escolas subsidia articular, o processo de formação e o processo de alfabetização, buscando a superação da formação dos acadêmicos no modelo tradicional, normativo, prescritivo, mas uma formação capaz de refletir sobre sua experiência para compreender e melhorar o ensino. Os resultados apontam que a formação durante o processo é um elemento essencial à própria constituição da área de alfabetização enquanto campo pedagógico. O convívio oportunizado, ao longo do desenvolvimento do trabalho, viabilizará a troca de conhecimentos e experiências, levando-nos a refletir não apenas acerca dos comportamentos sociais, dos sujeitos envolvidos no projeto, como também do nosso, enquanto profissional da educação.

Daí a necessidade de repensar a formação de professores a partir do contexto de seu trabalho, que integra a formação acadêmica e a vivência como docente em sala de aula. A interseção entre o espaço de formação e de formação no espaço, da sala de aula intensifica as possibilidades de um processo formativo nos contextos concretos da prática educacional superando um conhecimento ingênuo da realidade.

Nesse sentido como um espaço privilegiado para a formação dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas superando o modelo da racionalidade técnica possibilitando uma base reflexiva na sua formação insere-se o Programa de Residência Pedagógica, que tem como objetivos, entre outros, a formação de professores para a educação básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública; a valorização do magistério; a inserção dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

O programa concede bolsas de iniciação à docência não só aos acadêmicos e professores da universidade, mas, também aos professores de escolas públicas (supervisores), que acompanham as atividades dos bolsistas no espaço escolar, contribuindo com o seu processo de formação em articulação com o formador da universidade, constituindo-se dessa forma uma possibilidade para superar o desafio do distanciamento entre os espaços de formação e a realidade da escola e do exercício da profissão.

O PRP traduz-se numa proposta de superar algumas visões ingênuas, acerca da escola, do conhecimento, e da própria profissão de ser professor. Durante o processo de inserção nas escolas os acadêmicos observam e vivenciam diferentes situações do cotidiano escolar, percebem os limites e as possibilidades da ação docente, participam constantemente dos

desafios encontrados pelos professores regentes das turmas, percebem os diferentes encaminhamentos metodológicos organizados, para contribuir no processo ensino aprendizagem do estudante, que por algum motivo não acompanha o ritmo da turma.

A iniciação à docência por meio do PRP viabiliza a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A vivência no programa oferecerá aos bolsistas, a condição de uma aprendizagem sobre a docência, sendo favorecida significativamente pelas horas dedicadas ao acompanhamento das crianças nas escolas pelos registros das situações e acontecimentos da sala de aula, pelo tempo destinado ao estudo do referencial teórico, o diálogo permanente e a discussão nos seminários dos livros/referenciais estudados.

Também é de fundamental importância a compreensão de uma prática educativa pautada pela ética, pelo respeito entre professor e estudantes com os quais se estabelece relação nas escolas e pelo compromisso com a própria formação docente.

A escola é um espaço de ensino, aprendizagem e vivência de valores. Portanto, é um espaço privilegiado para a formação inicial dos bolsistas, A escola é, então, o espaço de socialização onde o professor aprende os modos de ser e agir na profissão.

A noção de fazer da escola um espaço de troca de saberes, parte do reconhecimento de que a escola não é neutra, mas representa um tipo de educação. A escola ao mesmo tempo produz e reproduz saberes, que legitimam ou não as desigualdades, portanto também é um fazer político. O interesse pela emancipação, pelo crescimento intelectual e pessoal dos bolsistas acontecerá nestes espaços de diferenciação, o que se refere também as relações de poder imbricadas na educação.

Nesse sentido, o projeto procura desencadear ações que possibilitem aos bolsistas do Curso de Pedagogia o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação.

3.22.3 Programa de Desenvolvimento Regional – Proesde/Licenciatura

É de conhecimento geral que a Educação é um assunto importante na sociedade e na formação dos sujeitos. Sabendo disso, torna-se de suma importância estudo sobre as perspectivas da comunidade escolar a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

documento norteador publicado em 2017, cujo principal objetivo é relacionar os principais conteúdos/objetos de conhecimento para a Educação Básica.

Conforme documentos como a Constituição Brasileira (1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Neste sentido, também se torna um objetivo a oferta da educação de qualidade, para isso dispõe-se de políticas públicas e leis para o auxílio e garantia destes direitos.

As disposições da BNCC são tema atual e muito discutido no âmbito escolar, mas para algumas instituições e alguns docentes, este documento está sendo um grande desafio, uma vez que, observa-se que sua função e objetivo não estejam esclarecidos totalmente.

Devido à proposta de implementação da Base Nacional Comum Curricular, em que tem como objetivo subsidiar a base do ensino nas escolas de todo o território nacional, para um ensino inovador e contextualizado com a vivência dos estudantes dentro e fora dos muros escolares.

O programa de educação superior para desenvolvimento regional Proesde/Licenciaturas teve como objetivo mobilizar os acadêmicos dos cursos de graduação de diferentes licenciaturas para estudar e analisar os cadernos da Proposta Curricular de Santa Catarina do ano de 1991 à 2014, a Base Comum Curricular do Território de Santa Catarina e por fim, elaboração de planos de aula dentro das temáticas apresentadas.

O estudo destas propostas nos levou a grandes reflexões sobre a aplicabilidade dos conteúdos estabelecidos em metodologias diferenciadas para maiores aprendizados dos estudantes da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos inicial e anos finais), conforme estabelece a Base Curricular Catarinense.

O Proesde Licenciatura, como parte do Programa UNIEDU, tem como objetivo promover a qualificação dos acadêmicos das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica. O foco central do curso foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Proposta Curricular de SC (PCSC) e o Currículo.

A BNCC se expressa como um suporte para a estruturação curricular das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Unidades Escolares. O estudo e a pesquisa tiveram como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a BNCC, identificar e caracterizar o conhecimento prévio dos professores em relação à Base, coletarem sugestões para sua aplicabilidade, identificar os desafios que proporcionam à

escola e sua relação com PCSC, e prospectar estratégias de ação para a formação continuada dos professores visando uma educação de qualidade.

Além da produção realizada, destaca-se a dinâmica dos seminários regionais do PROESDE Licenciatura, que também proporcionaram debates com diversos atores da área educacional, sobre a temática em todas as regiões do estado, culminando com seminário estadual.

3.22.4 Convênios entre Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação e Universidade

Há ainda, o Convênio de Cooperação entre a Secretaria de Estado da Educação / Secretaria Municipal de Educação e Universidade que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação. Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do **acadêmico**. Estágios curriculares supervisionados e prática de ensino terão duração e carga horárias fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos. O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.22.4.1 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

O Termo de Cooperação n. 2021TN0745, de 04 de agosto de 2021 entre a Secretaria de Estado da Educação e a Uniplac tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao acadêmico para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.22.5 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade

O Convênio n. 1155/2024 A-1 assinado em 08 de fevereiro de 2024, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da Uniplac, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.23 Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas

Por meio do Projeto Pibid e do Residência Pedagógica, a Uniplac insere acadêmicos bolsistas no cotidiano das escolas. O objetivo principal é possibilitar aos acadêmicos dos cursos de licenciatura a integração com o cotidiano das escolas, contribuindo assim, para a construção de sua identidade profissional.

Do mesmo modo, a aproximação dos acadêmicos do Curso de Pedagogia com as atividades práticas em escolas públicas se dá por meio da realização de projetos e ações pelos alunos bolsistas do UNIEDU, iniciativa do Governo de Santa Catarina, especialmente o Proesde/Licenciatura, da mesma forma com a Universidade Gratuita (UG).

Além disso, também são realizadas práticas extensionistas, por meio da intervenção de acadêmicos em projetos de acompanhamento pedagógico e reforço escolar em escolas parceiras, conforme demanda apresentada pelas próprias unidades escolares.

Especificamente sobre as atividades de Estágio Curricular Obrigatório, a partir do 4º semestre, os acadêmicos do Curso de Pedagogia realizam suas atividades práticas nas escolas

públicas e privadas da educação básica, localizadas na região da Serra Catarinense.

3.23.1 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) nos Cursos de Licenciaturas foi introduzida nos currículos de licenciatura que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os estudantes das licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia pretende trabalhar a PCC, por meio das disciplinas do semestre, com ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciado a partir do 1º semestre no cotidiano escolar, conforme a ênfase:

- 1º semestre Relação Sujeito e Escola
- 2º semestre Educação Escolar e Sociedade
- 3º semestre Processos de Aprendizagem
- 4º semestre Prática Pedagógica
- 5º semestre Atuação Docente: Educação e Infância
- 6º semestre Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- 7º semestre Atuação Docente: Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- 8º semestre Atuação Docente: Educação de Jovens e Adultos - Atuação Interdisciplinar.

4 CORPO DOCENTE e tutorial

4.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi institucionalizado na Uniplac através da Resolução 088, de 24 de setembro de 2010, atendendo a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) n. 01, de 17 de junho de 2010 e atualizada por meio da Resolução Consuni n. 295, de 21 de dezembro de 2017.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, será feita a indicação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

A indicação dos representantes docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é feita por maioria simples, conforme Regimento Geral da Universidade, a partir de reunião com registro em ata, seguido de ofício encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino, para conhecimento, e desta para o Reitor, que os nomeará.

É um órgão constituído de professores com titulação, preferencialmente, em nível *stricto sensu*, sendo responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs) da Uniplac.

No Curso de Pedagogia o NDE foi constituído através da Portaria n. 101, de 01/10/2010.

Atualmente o NDE do Curso de Pedagogia é constituído pelos seguintes docentes, conforme o quadro abaixo:

Professor	Titulação	Portaria de Indicação
Mariléia Aparecida Wolff Tubs – Presidente	Doutora	Portaria n. 086, de 04/08/2015
Vanir Peixer Lorenzini	Doutora	Portaria n. 086, de 04/08/2015
Mareli Eliane Graupe	Doutora	Portaria n. 040, de 08/09/2022
Marli Coscodai Souza	Mestre	Portaria n. 040, de 23/08/2023
Jaime Farias Dresch	Doutor	Portaria n. 040, de 23/08/2023

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia constitui-se por meio de um grupo de docentes, com caráter consultivo, para acompanhamento do curso. Assim, atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC), visando a promoção de sua qualidade. São atribuições do NDE: elaborar, acom-

panhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular; avaliar a adequação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas; zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso; propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa; levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso; indicar formas de articulação entre o ensino de Graduação, a extensão, a pesquisa e a Pós-Graduação.

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, no início de cada semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e, após cada reunião, é redigida uma ata com as deliberações. Os casos omissos são resolvidos pelo próprio NDE ou pelo Colegiado de Curso, de acordo com a competência dos mesmos.

4.2 Equipe Multidisciplinar

O setor de EaD da Uniplac conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos.

Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: Revisor, Pedagogo, Designer Instrucional, Técnico Audiovisual, Técnico em Tecnologias, Tutor Técnico, Professores-Tutores, Professores-responsáveis por disciplinas.

O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

4.3 Atuação do Coordenador do Curso

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso de Pedagogia. Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica. Essas características são observadas no perfil do atual coordenador.

A atuação do coordenador atende à demanda existente e está de acordo com o PPC e o PDI, considerando a gestão do curso e a relação com os docentes e discentes. Para tanto, é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da Uniplac. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didáticos, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende à demanda de acadêmicos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os acadêmicos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da Uniplac. A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

4.4 Regime de trabalho do Coordenador

O regime de trabalho do coordenador atende as demandas, com 15 horas dedicadas à coordenação do curso, considerando o número de acadêmicos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O planejamento de trabalho é pautado no plano de gestão e plano de ação do coordenador. Esses documentos são elaborados e atualizados constantemente a partir das necessidades do curso, focando em sua melhoria e aprimoramento constante. Muitas das ações são registradas nos próprios planos e também em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Além disso, a gestão do curso é continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente, com os indicadores disponíveis para consulta, análises e ações para o aprimoramento das ações do coordenador.

4.5 Corpo Docente: Titulação

O colegiado e NDE priorizam o conhecimento do perfil profissional do Curso de Pedagogia, bem como, em reuniões realizam análise sistêmica dos conteúdos. Atuam na constante adequação do projeto pedagógico do curso, resultantes em ações para incentivar a busca dos discentes pelo aprendizado e participações em pesquisas e projetos de extensão. Esse processo ocorre por meio das práticas pedagógicas, participações em eventos internos e externos da comunidade acadêmica.

O corpo docente do Curso de Pedagogia da Uniplac atualmente é constituído por profissionais altamente qualificados, composta por professores com formação *lato sensu*, mestres e doutores. Além disso, o Curso tem a preocupação com a qualidade pretendida, bem como a garantia maior de qualificação do egresso.

O colegiado do curso é responsável por analisar as demandas das disciplinas quanto ao seu conteúdo, bem como fomentar as discussões e trazer temas atualizados para a temática em sala de aula, proporcionando ao aluno uma atualização e o contato com temas atualizados.

Atualmente o corpo docente do Curso de Pedagogia é composto por 32 professores, sendo que as titulações estão representadas pelos percentuais que segue:

Quadro de docentes por titulação do curso			
Titulação	Total	Percentual (%)	
Doutor	18	56,25	90,63
Mestre	11	34,38	
Especialista	3	9,38	
TOTAL	32	100	

Esse cenário reflete a preocupação dos professores com a qualidade pretendida, bem como permite garantir maior qualificação dos egressos, com análises constantes dos componentes curriculares, por meio de atualização periódica das referências bibliográficas, realizadas em reuniões do NDE e ratificadas nas reuniões do colegiado de curso, estimulando os acadêmicos a desenvolverem o raciocínio crítico e humanístico aplicado em situações de aprendizagem e nas atividades extensionistas.

Os dados apresentados mostram-se favoráveis em relação à qualificação dos professores do Curso de Pedagogia, considerando que 90,63% dos docentes possuem a titulação com pós-graduação em nível *stricto sensu*.

4.6 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O regime de trabalho do corpo docente é diversificado e atende as demandas do curso, sendo que contempla a possibilidade de participação em projetos de pesquisa e extensão, orientações aos discentes e participação em Colegiados, nas Câmaras e Conselho Universitário, além da atividade docente em sala de aula.

Todas as atividades dos professores são registradas nos diferentes sistemas da IES, de acordo com a modalidade da atividade (ensino, pesquisa e extensão).

O regime de trabalho do corpo docente do curso está representado a seguir:

Quadro com o regime de trabalho do corpo docente

Regime de trabalho	Total	Percentual (%)	
Integral	12	37,50	87,50
Parcial	16	50,00	
Horista	4	12,50	
TOTAL	32	100	

Observa-se que, os professores com regime integral e parcial, representam 87,50% de 95% do corpo docente, enquanto os professores horistas representam apenas 12,50%. As cargas-horárias variam, porém, garantem o tempo necessário para que haja acompanhamento das atividades pedagógicas, no curso desenvolvidas.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Todas as atividades dos professores são registradas nos diferentes sistemas da IES, de acordo com a modalidade da atividade (ensino, pesquisa e extensão). Ao final de cada atividade são aplicados instrumentos de avaliação para a aferição da qualidade da atividade, bem como evidenciar indicadores para o planejamento e gestão para melhoria contínua do curso.

4.7 Experiência Profissional do Docente

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

Quadro com dados sobre a experiência docente		
Tempo de Experiência	Total	Percentual (%)
Acima de 20 anos	20	62,50
De 10 a 19 anos	11	34,38
De 02 a 09 anos	1	3,13
Menos de 02 anos	0	0
TOTAL	32	100

4.8 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Dentre os critérios apresentados para compor o perfil docente dos professores que atuam nos cursos de licenciatura, está a experiência profissional na Educação Básica. Esta experiência propicia a utilização de exemplos oriundos de sua prática profissional, desta forma, contextualizando os conteúdos dos componentes curriculares à prática pedagógica, conforme apresentado abaixo:

Quadro com Dados sobre a Experiência Docente na Educação Básica		
Tempo de Experiência	Total	Percentual (%)
Acima de 20 anos	14	43,75
De 10 a 19 anos	9	28,13
De 02 a 09 anos	2	6,25
Menos de 02 anos	7	21,86
TOTAL	32	100

Conforme evidencia-se no quadro acima, somente cinco professores que atuam no curso não possuem experiência na Educação Básica. A experiência dos professores, constatada por meio dos números apresentados acima, contribui sobremaneira para a formação dos nossos futuros professores, no momento em que diminui a dicotomia teoria e prática, estabelecendo os limites e as possibilidades para o trabalho docente.

4.9 Experiência no Exercício da Docência Superior

O corpo docente do Curso de Pedagogia possui vasta experiência no magistério superior, o que permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas.

Nesse contexto essa realidade também permite com que os professores possuam habilidades em propor atividades que favoreçam melhores formas de identificar e intervir nas dificuldades frente ao processo de aprendizagem do estudante.

A tabela a seguir evidencia o tempo de experiência profissional no Ensino Superior:

Quadro com Dados sobre a Experiência da Docência Superior		
Tempo de Experiência	Total	Percentual (%)
Acima de 20 anos	12	37,50
De 10 a 19 anos	17	53,13
De 02 a 09 anos	3	9,38
Menos de 02 anos	0	0
TOTAL	32	100

Todos os professores possuem uma significativa experiência no magistério superior. Esse fato é relevante para a valorização dos saberes da experiência, dos saberes docentes de um modo geral, seja como uma alternativa no sentido de buscar maior aproximação da formação acadêmica com a realidade escolar, estreitando os vínculos na relação entre teoria e prática.

4.10 Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância

O corpo docente do curso de Pedagogia possui experiência na Educação a Distância, atuando nas disciplinas institucionais, o que permite desenvolver materiais que vão ao encontro da aprendizagem dos estudantes. Além disso, após as avaliações institucionais, realizadas pela CPA, os resultados são discutidos com os professores, com vistas a aprimorar os processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologias. Há representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A Uniplac, através de seu PDI, previu no programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Apoio Pedagógico – Seape.

Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual os capacita para utilização das ferramentas do Moodle, para otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

Os professores estão preparados e capacitados para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação.

Atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades, estimulando a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento.

O corpo docente que atua nesta modalidade vem exercendo liderança crescente, tendo em vista tratar-se de inovação no âmbito do referido curso, mas já está sendo reconhecido pela sua produção. Nesse processo, tem-se buscado contato direto com as turmas, procurando identificar as fragilidades eventualmente apresentadas na disponibilização da disciplina em EaD, com a finalidade de promover o seu constante aperfeiçoamento.

4.11 Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da Uniplac, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da Uniplac práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re) elaborar o conhecimento historicamente produzido, por meio de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;

- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.12 Atuação do Colegiado de Curso

O Curso de Pedagogia possui colegiado próprio, que tem função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da Uniplac.

O colegiado do Curso de Pedagogia, é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação. A frequência nas reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplina e que não estão em exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato dos mesmos não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na Uniplac.

4.13 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da Uniplac, a formação dos tutores também é uma prática recorrente.

Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, já visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da Uniplac práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor

busca: Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância; Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente; Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e educação a distância; Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de Educação e a sua relevância no processo; Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD; Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.14 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

4.15 Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

4.16 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos.

5 INFRAESTRUTURA

A Uniplac conta com uma área construída de 35.827,03 m², que corresponde aos blocos de salas de aula, setores administrativos, biblioteca, laboratórios, salas especiais, coordenação dos cursos e de estágios, central de atendimento, centro de convivência, Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro Especializado em Reabilitação (CER).

5.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

A infraestrutura contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há computadores com acesso à Internet e com espaços reservados para os professores. Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários.

Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso

As salas das coordenações de curso são individuais. São estruturadas com equipamentos de multimídia e comunicação e com uma secretaria de apoio para assuntos administrativos. Além disso, as coordenações têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico (Seape), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

O curso de Pedagogia da UNIPLAC tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para atendimento de acadêmicos e/ou de professores. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

5.3 Sala Coletiva de Professores

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

5.4 Salas de Aula

As salas de aula da Uniplac foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. As salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia.

As salas de aula do Curso de Pedagogia, dispõem de multimídia instalada, e telas para projeção além de cadeiras estofadas, quadro, mesa e cadeira para o professor. Todas as salas dispõem de iluminação adequada, conforto acústico, com mobiliário adequado em conformidade com a ergonomia.

Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditório para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.5 Acesso dos Acadêmicos a Equipamentos de Informática

A Uniplac conta com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. A rede está conectada à Internet Banda Larga, com Link de internet TPA/Fapesc,

configuração das RBS para trabalhar na nova Vlan, Uniplac e MidiLages, com a velocidade de 80Mbps para download e 70Mbps para upload.

O Núcleo de Informática da Uniplac (NIU) tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação Uniplac e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando é realizada a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

Dentro desse processo, existe a verificação diária dos laboratórios de informática, por um técnico, que ao identificar qualquer problema, quer seja de hardware ou de acesso a qualquer aplicativo, imediatamente, abre chamado ao NIU, que procede com o ajuste.

Através do relato fica evidente o compromisso da IES em prover e manter o acesso aos alunos quanto aos recursos de TI, tendo todo o aporte do NIU, responsável por manter e gerenciar todo o patrimônio e atualizações periódicas dos recursos de informática (escalabilidade, segurança, hardware, software), adotando práticas de gestão da TI para preservar a qualidade dos recursos de forma a atender as demandas da comunidade acadêmica.

5.6 Biblioteca

A Biblioteca Central da Uniplac está vinculada à Reitoria e tem por finalidade efetuar seleção, guarda, organização, circulação de material e controle do acervo para a comunidade acadêmica, proporcionando o acesso a informações técnicas, científicas e culturais em diversos formatos. Essa estrutura da Uniplac possui uma área de 930 m² e é dividida nos seguintes setores: Recepção; Gerência; Circulação de Materiais (empréstimo, devolução e renovação de livros); Processos Técnicos; Multimídia; Sala Infantil, Sala de Obras Raras; Salas de Estudos Individuais (2); espaço amplo para estudos. A biblioteca conta também com um Espaço Cultural que recebe exposições. O espaço estimula a produção e a difusão das artes, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos entre a Universidade e a comunidade. Valoriza os talentos artísticos da região com mostras, exposições e apresentações musicais.

5.6.1 Acervo

O acervo físico da Biblioteca é constituído de obras de todas as áreas do conhecimento, na forma de livros, obras de referência, periódicos, mapas, CD-ROMs, DVDs, e-Books, disquetes, fitas de vídeo, fitas cassetes, folhetos, relatórios, teses, dissertações, monografias. O acervo bibliográfico disponibiliza atualmente mais de 45 mil títulos de livros e mais de 96 mil exemplares de livros; além disso, conta-se com mais de 12 mil livros eletrônicos (e-books). A coleção de periódicos é composta com mais de 2.400 títulos e mais de 47.800 exemplares.

Desde 2007, mediante convênio com a CAPES, a biblioteca disponibiliza aos usuários acesso ao Portal de Periódicos da Capes, uma das bases mais completa de periódicos, proporcionando aumento e praticidade nas pesquisas de estudantes e professores.

5.6.2 Horários de Funcionamento

O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda a sexta-feira das 7h30min às 12h e das 13h às 22h, e aos sábados das 9h às 13h. A Biblioteca também atende por e-mail (reservas@uniplaclages.edu.br); os livros solicitados pelos usuários são separados no setor de empréstimo e entregue na data e horário marcado. Essas medidas são utilizadas para que não haja aglomerações e para tornar mais ágil o empréstimo.

5.6.3 Aquisições

As aquisições de livros seguem uma política de formação e desenvolvimento do acervo documental da Biblioteca, instituída através da Resolução nº 133, de 13 de junho de 1997. É importante ressaltar que a aquisição de títulos segue orientação da legislação, emanadas pelo INEP/MEC e obedece às proporções indicadas pelo NDE.

O acervo está organizado de acordo com o sistema de classificação CDD (Classificação Decimal Dewey). As obras estão à disposição para consulta a toda comunidade local e regional. Já o empréstimo domiciliar só é concedido aos usuários vinculados à instituição, ou seja, corpo discente, docente e técnico-administrativo da Uniplac.

5.6.4 Serviços Oferecidos

Orientação: pesquisa em base de dados (estratégia de busca); Orientação: uso do Pergamum e suas funcionalidades; Levantamento bibliográfico; Orientação: acesso aos e-books, Orientação: acesso as bases de dados (normas técnicas, artigos) Comutação Bibliográfica; Empréstimos entre instituições.

5.6.5 Informatização

O processo de informatização do acervo da Biblioteca teve início em 1994 com o sistema chamado CadBib, este sistema foi desenvolvido na própria Universidade e permitia apenas consulta ao acervo de livros. Em 1997 foi desenvolvido outro sistema pelo Núcleo de Informática da Uniplac (NIU), com maior capacidade de armazenamento de informações, chamado Demétrius.

Em 2010, foi adquirido o sistema *Pergamum*, que pertence a Associação Paranaense de Cultura e atualmente é gerenciado pela Assessoria de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras. O

Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

A Biblioteca Central também utiliza a plataforma digital de livros “Minha Biblioteca”, que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, por meio da Minha Biblioteca, acadêmicos, professores e profissionais têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos. Essa plataforma tem como missão apoiar a construção e disseminação do conhecimento, qualidade e crescimento da educação com base na excelência de conteúdos acadêmicos e tecnologia inovadora.

5.7 Bibliografia Básica por Unidade Curricular (UC)

A Biblioteca Central, através de políticas de formação e desenvolvimento de acervos, tem procurado garantir a atualização constante de livros e periódicos, mantendo atualizadas as bibliografias Básicas e Complementares conforme a solicitação dos colegiados indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado e o acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica é condicente em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.

Da mesma forma, está aprovado no relatório de adequação e assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas pelo próprio curso e de outros que utilizem os títulos. E a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que complementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso que possui uma demanda maior, tornando necessário um plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

5.8 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado e o acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES.

O acervo da bibliografia complementar é condicente em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está aprovado no relatório de adequação e assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia complementar da UC, entre o número de vagas autorizadas pelo próprio curso e de outros que utilizem os títulos. E a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que complementam o conteúdo administrado nas UC.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso que possui uma demanda maior, tornando necessário um plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

5.9 Laboratórios Didáticos de Formação Básica

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com *acesso à internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Também dispõe do laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível nos Blocos, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

Tanto os laboratórios, quanto as práticas são avaliadas periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, sendo os resultados utilizados pela coordenação do curso para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.10 Laboratórios Didáticos de Formação Específica

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.10.1 Laboratório – Brinquedoteca

O curso de Pedagogia possui um laboratório específico: a Brinquedoteca que tem a intenção de propiciar aos futuros professores conhecimento sobre as teorias e as práticas que envolvem os brinquedos e as brincadeiras, bem como ser um espaço em que as práticas educativas possam ser exercidas e refletidas.

A brinquedoteca é um espaço privilegiado onde acadêmicos e professores, do curso de Pedagogia e dos demais cursos oferecidos pela Instituição, poderão não apenas observar a criança, como também desenvolver ações pedagógicas com vistas ao aperfeiçoamento profissional. Nesse sentido, constitui-se como um espaço para o desenvolvimento de pesquisas a partir de situações de brincadeiras que ocorrem no interior da brinquedoteca, ligando-se com os propósitos universitários de ensino, pesquisa e extensão.

A brinquedoteca é encarada como um laboratório onde professores e acadêmicos do Ensino Superior dedicam-se à exploração do brinquedo e do jogo em termos de pesquisa e de busca de alternativas que possibilitem vivências, novos métodos, estudos, observações, realizações de estágios e divulgação para a comunidade (SANTOS, 2000, p. 59).

As interações acontecem em nível de formação, um processo de apropriação de conteúdos básicos para a atuação profissional, e a brinquedoteca se torna um espaço de formação pedagógica, teórica a prática. Para isso, o espaço disponibiliza acervos e materiais, além de diferentes jogos e brinquedos, que

servem como ferramentas e estratégias para interagir, brincar e aprender, além de, conforme Santos (2000), destinar-se a viver emoções, prazeres, explorações, criatividade e construções de conhecimento.

A brinquedoteca é da criança, mas a brinquedoteca da Universidade, como cita Santos (1997, p. 23):

É um espaço privilegiado onde os alunos de diversos cursos podem não só observar a criança, mas também desenvolver atividades com vistas ao aperfeiçoamento profissional. Docentes vinculados às unidades universitárias conduzem pesquisas a partir de situações de brincadeiras que ocorrem no interior das brinquedotecas. A disponibilidade de acervos e materiais de jogo, além de auxiliares tarefas docentes, permite ao público informar-se sobre a temática do jogo.

A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia da UNIPLAC é um espaço de estudo, de brincadeiras e de pesquisas para as crianças, para os acadêmicos e para os professores do Curso de Pedagogia, o que possibilita a ampliação da qualidade acadêmica do curso, além de poder realizar convênios e desenvolver projetos e atividades com escolas públicas e outras instituições de atendimento às crianças do município e da região.

Consideramos a brinquedoteca como espaço que privilegia o brincar, a linguagem primordial da infância. Brincar é o trabalho da criança, e se estamos formando sujeitos para atuar com crianças, precisamos reconhecer a importância desse trabalho infantil e dar espaço para que esse direito seja garantido. Acreditamos que a brinquedoteca é um espaço acolhedor e produtor das culturas infantis, por isso a percebemos como um local transformador, onde se resgata a brincadeira.

5.11 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa na Uniplac foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP- Uniplac, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da Uniplac também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e

orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

- Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da Uniplac foi reconstituído mediante Portaria n. 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria nº 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP- Uniplac dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP- Uniplac revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

6 Requisitos Legais e Normativos

O projeto pedagógico do Curso de Pedagogia prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia	– Resolução CNE/CP n. 1, de 15/05/2006
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)	- Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana	– Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003 – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004 – Resolução Consuni n. 114, de 1º/11/2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação da Uniplac – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	– Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004 – Resolução Uniplac n. 115, de 1º/11/2013 – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	– Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012 – Resolução Uniplac n. 127, 12 de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos
Titulação do corpo docente	– Lei 9.394/96, art. 66. O Curso Pedagogia apresenta um corpo docente em sua ampla maioria pós-graduado em nível de <i>lato e stricto sensu</i>
Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da Uniplac	– Consuni n. 124, de 04/06/2014
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	– Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010 – Resolução Consuni n. 088, de 24/09/2010 – Portaria n. 101, de 01/10/2010 - Constituição do NDE – Portaria n. 086, de 04/08/2015 – Reconstitui o NDE – Portaria n. 027, de 29/03/2017 - Substituição de membro – Portaria n. 040, de 08/09/2022 - Substituição de membro – Portaria n. 040, de 23/08/2023 - Substituição de membro

Carga horária mínima em horas	– O PPC prevê uma carga horária total de 3.520 horas, de acordo com o previsto na Resolução CNE/CP n. 2/2007
Tempo de integralização	– Resolução CNE/CES n. 02, de 18/06/2007, conforme inciso IV art. 2: “a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação” – Resolução n. 172 de 25/05/2015 do Consuni
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	– Decreto n. 5.296/2004 – Portaria n. 099, de 22/10/2012. Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA) – Lei n. 12.764, de 27/12/2012 – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014
LIBRAS	– Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina de Libras no PPC – Resolução n. 086, de 21/01/2009 Uniplac – Disciplina de Libras faz parte da Estrutura Curricular do Curso: Libras I no 6º Semestre, com 40 horas – 2 créditos e Libras II no 7º Semestre, com 40 horas – 2 créditos
Política de inclusão e acessibilidade da Fundação Uniplac e da Universidade do Planalto Catarinense	– Resolução Consuni n. 235, de 11/08/2016
Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	– Lei n. 12.764, de 27/12/2012; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 – Resolução Consuni n. 235, de 11/08/2016. Trata da política de inclusão e acessibilidade da Fundação Uniplac e da Universidade do Planalto Catarinense
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP)	– Resolução n. 213, de 07/04/2016 – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS)	– Portaria Uniplac n. 023, de 20/03/2017 – Portaria Uniplac n. 023, de 09/04/2024
Política de Inclusão e Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	– Resolução Consuni n. 235, de 11/08/2016
Informações acadêmicas	– Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010 – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da Uniplac são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on-line</i>
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino	– Edital n.4, de 1º/07/2014 e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC – Resolução Consuni n. 134, de 25/07/2014. – Concessão da Autonomia Universitária - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIRES/DPR/SERES/MEC.
Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da Uniplac Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da Uniplac	– Resolução Consuni n. 237, de 13/09/2016. – Resolução Consuni n. 238, de 13/09/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Uniplac	– Resolução Consuni n. 232, de 08/08/2016
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Uniplac	– Resolução n. 432 de 27 de setembro de 2013. (D.O.U n. 217 Seção I de 07/11/2013) – Resolução Consuni n. 231, de 08/08/2016

	– Colegiado de Curso – 04/04/2017
Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia	– Parecer Consuni n. 023, de 14/06/17 – Resolução Consuni n. 277, de 04/07/17
Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Pedagogia	– Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002 – Parecer Consuni n. 1165, de 30/11/2010 – Parecer Consuni n. 006, de 08/09/2020 – Resolução Consuni n. 439, de 23/10/2020
Avaliação do Ensino Aprendizagem	– Resolução Consuni n. 207, de 20/01/2016
Comitê de Ética em Pesquisa	– Resolução Consuni n. 010, de 17/04/2002 – Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002 – Resolução Consuni n. 005, de 10/06/2003 – Resolução Consuni n. 409, de 30/05/2019
Prevalência de avaliação presencial para Modalidade a Distância	– Decreto n. 5.622/2005 art. 4, inciso II, § 2º. Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância. O PPC insere esta obrigatoriedade.
Disciplinas na Modalidade a Distância	– Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016 – Resolução Consuni n. 291, de 21/11/2017 – Resolução Consuni n. 292, de 27/11/2017 – Resolução Consuni n. 342, de 20/03/2018 – Resolução Consuni n. 347, de 30/04/2018 – Resolução Consuni n. 355, de 19/06/2018 – Resolução Consuni n. 561, de 14/12/2023

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 15/05/2006. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Pedagogia.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, de 27/11/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 20/12/2019. Estabelece as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - Libras.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da Uniplac.** 08/10/2011.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da Uniplac.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da Uniplac e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Uniplac.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios da Uniplac.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da Uniplac.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2028.**